



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0001/AM/09, de 27-02-2009

Aos vinte sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Luís Fernando Bernardes Garcia, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, José Alves Grilo Gonçalves, Iva Cristina da Mota Fernandes de Sousa, Anselmo João Medinas Carvalho Vivas, José Gomes Fernandes, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Gabriela da Silva Santos, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Sandra da Silva Palhais, Cristina Portela Fragoso, Adelino Gonçalves Mendes, João André Brites de Andrade de Melo Alvim, João André Varela Coelho, Adelino de Barros Malho, Fernando Daniel Lopes Carolino, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, António Manuel Cardoso Fernandes, Aristides de Jesus Ferreira, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

- Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação das actas das sessões anteriores;**
- Ponto 1.2- Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;**
- Ponto 1.3- Intervenções na generalidade;**

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

- Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Medidas de Combate à Recessão;**
- Ponto 2.3- Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Associação Internacional das Cidades Educadoras – Adesão;**
- Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal – Alteração;**
- Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o ano económico de 2009 – Rectificação;**
- Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abastecimento Integrado de Água ao Concelho a partir do Aquífero da Mata do Urso – 1.º Troço da Conduta Adutora até à Caxaria (Guia) – Declaração de Utilidade Pública Municipal;**

- Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Carricho/Moita do Boi e Antões – Declaração de Utilidade Pública Municipal;**
- Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Almagreira/Pelariga – Declaração de Utilidade Pública Municipal;**
- Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Albergaria dos Doze/S. Simão e Santiago de Litém – Declaração de Utilidade Pública Municipal;**
- Ponto 2.10 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Ranhas, Travasso e Flandes – Declaração de Utilidade Pública Municipal.**

Presidiu à sessão o Senhor Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo e foram secretários o Senhor Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e a Senhora Dra. Cristina Portela Fragoso, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Fernando Manuel Pinto Parreira, Dr. Michäel da Mota António, Dr. Pedro Matos Martins e Dr. Rui Manuel Mourato Miranda.

Antes de dar início à sessão, **o Senhor Presidente da Assembleia** dirigiu as seguintes palavras aos presentes:

“Porque é a primeira vez que estou, aqui, nestas funções, sinto-me na obrigação de vos dirigir umas breves palavras, começando por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores aqui presentes, os meus colegas de Mesa, a quem agradeço a disponibilidade para estarem aqui, às Senhoras e aos Senhores Deputados Municipais, ao público aqui presente e aos Senhores representantes da Comunicação Social.

Todos sabem porque é que eu estou aqui, nestas funções.

É forçoso que eu apresente um cumprimento muito particular ao meu amigo Luís Garcia que desempenhou as funções de Presidente da Assembleia Municipal até há bem pouco tempo e que as cumpriu com muita dignidade e isenção. É também nesse caminho que eu pretendo desempenhar as minhas funções, enquanto aqui estiver.

Queria dizer que vou procurar ser o mais rigoroso possível no cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia Municipal. Vou precisar, naturalmente, da vossa colaboração, porque uma Assembleia Municipal não é apenas aquilo que o Presidente da Assembleia faz na presidência dos trabalhos, é o somatório das participações de todos os Senhores Deputados Municipais nessa mesma Assembleia e é consoante a atitude que os Senhores Deputados Municipais tenham nesta Assembleia que nós poderemos ter as Assembleias mais disciplinadas, mais rigorosas, mais objectivas, naturalmente calorosas, quando for caso disso, com intervenção política, porque este é um local de participação política democrática.

Peço a todos vós que, respeitando o direito à diferença, saibam respeitar o exercício da democracia com toda a dignidade num local onde se exige que haja dignificação da actividade política. É esse o meu desejo, é quase uma certeza que assim será, poderão contar com a minha colaboração, parcimónia e com a minha disponibilidade, para ajudar na melhor condução dos trabalhos.

Estou nesta casa há 24 anos, conheci vários Presidentes de Assembleia Municipal, e conheço uma parte da história das discussões acaloradas que contribuíram decisivamente, muitas delas, para o progresso do nosso Concelho.

É aqui que se faz democracia participativa e por isso todos vós sois responsáveis, em parte, pelo progresso que o Concelho de Pombal tem tido nos últimos anos.”

De seguida deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Manuel Duarte Domingues e Eusébio Gonçalves Rodrigues que apresentaram pedido de justificação para as suas faltas, e ainda Manuel Henriques Nogueira Matos.

Eleitos pela lista do PS – Fernando António Carreira da Conceição Coucelo e Manuel Jordão Gonçalves.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Membro da Assembleia Jorge Manuel Gonçalves da Silva havia solicitado a suspensão do seu mandato pelo período de 30 dias, colocando o pedido a votação, o qual foi aceite por unanimidade e por minuta. Nesta altura informou que o cidadão imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista, **Fernando Daniel Lopes Carolino**, se encontrava na sala chamando-o a ocupar, de imediato, o seu lugar.

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação das actas das sessões anteriores.

Foi dispensada a leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, pelo que a mesma foi colocada a discussão, tendo-se inscrito os Membros Adelino Malho e Fernando Carolino, que solicitaram algumas correcções à acta, as quais foram de imediato efectuadas.

Colocada a acta a votação, com as devidas correcções, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção por ausência na respectiva sessão.

Ponto 1.2- Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia**, informou ter recebido vária documentação relativamente a alguns eventos;

Referiu ainda ter recebido os tradicionais boletins da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Disse ter recebido do Senhor Vereador do Pelouro da Promoção do Desenvolvimento, para conhecimento da Assembleia Municipal, um exemplar da candidatura ao Programa “Parcerias para a Regeneração Urbana” e Protocolo de Parceria Local para a Valorização do Centro Histórico de Pombal, de onde consta todo um conjunto de acções a serem desenvolvidas, que fica à disposição dos Senhores Deputados Municipais;

Comunicou ter recebido solicitações de Membros da Assembleia relativamente a algumas questões da vida da nossa autarquia, nomeadamente, do Senhor Eng.º Malho sobre o Parque Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal, cuja resposta lhe vai ser entregue, e uma outra sobre o Estudo de mobilidade relativamente aos Pombus, tendo-lhe sido dito

que poderia consultar esses documentos em determinada hora no Gabinete respectivo, atendendo a que a documentação era vasta.

Foi-me solicitado pelo Senhor Eng.º Malho, num 2.º e-mail, que o fizesse através de suporte informático. Quero dizer-lhe que, é minha obrigação, enquanto Presidente da Assembleia Municipal dar cumprimento às solicitações dos Senhores Deputados Municipais, mas não tenho que entregar, nem por correio nem em mão, documentação que, por direito próprio, podem consultar na Autarquia.

Informou ter ainda recebido um pedido de informação do Senhor Deputado João Coelho, que tem a ver com procedimentos administrativos da autarquia, cuja resposta está disponível para o Senhor Deputado consultar.

Ponto 1.3- Intervenções na generalidade.

Nesta altura **o Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes Membros:

Adelino Mendes, que fez a intervenção seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria, antes de mais, desejar-lhe felicidades no exercício dessas funções, porque isso significará o bom funcionamento dos nossos trabalhos e o regular funcionamento desta Assembleia.

Termina hoje o processo de consulta pública, no âmbito da avaliação de Impacte ambiental do Go Shopping e, através da apreciação do estudo de Impacte ambiental, ficam bem claras algumas das consequências negativas da construção daquele empreendimento comercial, com aquela localização.

Em primeiro lugar, em termos rodoviários, atendendo aos sistemáticos congestionamentos de trânsito, já hoje existentes nas artérias, na proximidade do Casarelo, atendendo também à afluência que o estudo indica e que prevê de 5.000.000 de visitantes anuais, assistiremos à incapacidade de escoamento dos fluxos rodoviários que seriam gerados pela construção deste equipamento.

Em segundo lugar, seriam também significativos os impactos negativos em termos de ruído e de emissões poluentes, resultantes deste incremento do tráfego rodoviário.

Como é fácil de compreender seriam desastrosas as consequências para o comércio tradicional já existente, integrado no tecido urbano, tornando inconsistentes alguns dos projectos de regeneração urbana que estão idealizados.

Em quarto lugar, a paisagem envolvente do castelo de Pombal, que é um monumento nacional, ficaria gravemente desvalorizada com a construção deste mega Centro Comercial. É o que está escrito no próprio estudo de Impacte ambiental.

Em quinto lugar, o estudo de Impacte ambiental identifica como impactos negativos o assoreamento previsto no ribeiro e nos troços a jusante, nomeadamente no troço coberto que atravessa a Cidade de Pombal, o que provocaria a diminuição da capacidade de drenagem das águas superficiais e o que aumenta o risco potencial de inundações.

Estes são alguns dos impactos negativos associados à construção deste empreendimento comercial e alguns deles estão claramente identificados no estudo de Impacte ambiental.

Para além destes impactos gostaria de colocar a V. Ex.ª três questões sobre a construção deste empreendimento comercial.

Primeira questão. No dia 16 de Fevereiro teve lugar uma sessão de apresentação do projecto, da iniciativa, presume-se, conjunta da CCDR e do Município de Pombal. Apesar destas duas entidades afirmarem, por escrito, que se tratou de uma sessão pública no âmbito da avaliação de Impacte ambiental – só o Senhor Vereador Dr. Michäel é que comunicou que se tratou de uma sessão privada e técnica – e supostamente aberta à população, e isso foi escrito também pela própria CCDR, como

de facto isso não aconteceu e a sessão foi circunscrita a um número muito restrito de convidados institucionais, gostaria de colocar a V. Ex.^a a seguinte questão: Porque motivo os pombalenses não foram informados da realização desta sessão, relativa a um projecto com significativo impacto na vida da Cidade?

Segunda questão. A instalação de uma grande superfície comercial viola o Plano Director Municipal, nomeadamente a alínea c2) que interdita a construção de grandes superfícies comerciais na área urbana da Cidade de Pombal, isto que digo é o que está no PDM de Pombal e foi o que a CCDR escreveu a propósito deste assunto, no âmbito do parecer prévio de localização.

Atendendo a que o empreendimento comercial em causa tem uma área de 18.144 m², V. Ex.^a entende que o mesmo reúne condições para obter um parecer favorável naquela localização? A empresa foi aconselha ou apoiada em procurar soluções alternativas de localização para viabilizar este empreendimento?

Terceira questão. O Casarelo é uma área natural de expansão da Cidade de Pombal, estando vocacionada para a habitação, funções terciárias e equipamentos colectivos. Como é evidente, o comércio não deve estar afastado desta nova centralidade, no entanto, deve de ser comércio retalhista, especializado e em ambiente urbano. Esta conclusão não é pessoal, é a conclusão de um Plano de Pormenor que não está em vigor mas que foi feito para aquele local e aprovado nesta Assembleia Municipal. Parece bem, ao Senhor Presidente da Câmara, que o centro de Pombal seja transformado num subúrbio comercial, com grandes superfícies comerciais e bombas de gasolina, ao mesmo tempo que a habitação é empurrada para urbanizações periféricas?”

José Alves Grilo, que usou da palavra como se segue:

“Antes de mais, apresentar os meus parabéns ao eleito novo Presidente da Assembleia e desejar-lhe as maiores felicidades para este mandato.

Obrigo-me hoje a intervir para fazer uma pergunta ao Executivo, nomeadamente, ao Senhor Presidente da Câmara. Refiro-me a uma situação que está a ser mediatizada no nosso Concelho e na nossa terra que é a Unidade de Cuidados Continuados.

Quero dirigir-lhe, Senhor Presidente da Câmara, até no seguimento da apreciação que fiz destes Cuidados, na última Assembleia, as seguintes questões:

- *Em que situação está a Unidade de Cuidados Continuados de Pombal?*
- *Que contributo tem dado o Executivo de Pombal para a implementação deste tipo de Unidades?*
- *Quando é que Pombal poderá dispor de uma Unidade de Cuidados Continuados nas suas três valências: convalescença, média duração e longa duração?*
- *Será que nós nos poderemos candidatar directamente ao Programa Modular, ou terá que ser a ARS Centro a fazer essa candidatura?”*

João Alvim, cuja intervenção se transcreve:

“Senhor Presidente, antes de mais, os meus parabéns pela sua eleição e por estar empossado neste novo cargo de Presidente da Assembleia e junto-me, também, às intervenções anteriores no sentido de que tudo corra como nós pretendemos nesta recta quase final do mandato.

Não estava previsto falar tão cedo, mas, no sentido do que já foi dito pelo meu colega de Bancada, Dr. Adelino Mendes, há questões relativamente a este empreendimento que não foram totalmente abordadas por ele e que entendo, não só como cidadão, como Deputado Municipal, sinto-me preocupado em relação a estas apostas.

Antes de mais, para antecipar e tentar esvaziar alguma discussão que habitualmente surge, ninguém, no seu perfeito juízo, é contra investimentos que se traduzam em vantagens para Pombal e para a sua região, o que as pessoas têm todo o direito de

questionar é se as opções que são feitas serão as mais adequadas para o futuro de Pombal, do seu Concelho e da Região.

Em conversa com um elemento da Bancada contrária, fora da Assembleia, fui “confrontado” com algumas opções tomadas por Executivos anteriores, no sentido de que, eventualmente, poderiam ter condicionado uma ou outra opção, no entanto, perante este Estudo não técnico, é certo, de Avaliação de Impacte Ambiental, levantam-se bastantes questões que me levam a perguntar se, de facto, será este o caminho que nós queremos para este tipo de investimento.

Parece que, hoje em dia está na moda, quando se está de um lado da Bancada questionar alguns investimentos, quando se passa para o outro lado da Bancada já não se pode questionar.

No entanto, e sempre salvaguardando o princípio de que deve haver lugar ao investimento privado que é louvável e cria postos de trabalho, se bem que há expectativas que me parecem, francamente, irrealistas, relativamente a números de visitas, há questões que me intrigam, nomeadamente, o investimento no Plano Plurianual de Investimentos, na Beneficiação e Valorização do Castelo que, neste momento, e note-se que é dos poucos Castelos que têm aquela traça – há um livro que refere uma particularidade única do Castelo de Pombal – e no entanto o Castelo está ali abandonado, tem um projecto de recuperação, e no entanto é o próprio estudo que coloca em causa o impacto paisagístico do Castelo, não sou eu. Isto é, há uma verba, há um projecto, pretende-se valorizar uma zona nobre e vai-se, salvo a expressão, espetar com um mamarracho mesmo ao lado.

É de todo legítimo, é uma questão de cidadania, usando uma expressão que não é minha é uma questão de cidadania mostrar preocupação em relação a este investimento, sendo certo que, se trazer vantagens, vamos discutir de forma completamente aberta tudo o que isto traz. Até que ponto é que apostar-se no Plano Plurianual um investimento de cerca de € 3.000.000,00 para 2009 e 2010 em que, lá está, não são palavras nossas, são palavras dos técnicos, é posto em causa.

Acho que é pertinente e a nível de património histórico e mesmo arqueológico todos não conhecemos a não aposta que tem sido feita, sistematicamente, a nível de Estado, das Autarquias e de todas as Entidades com responsabilidades.

No caso de Pombal, um Concelho com tanta História, tão rico, em que se podia apostar em tantos investimentos, em tantas áreas e não apenas aquelas ligadas ao Marquês de Pombal, fica aqui a pergunta. Uma das nossas maiores imagens de marca, um Castelo que já foi sujeito a uma intervenção, na minha opinião verdadeiramente criminoso, com aquela estrutura de metal da responsabilidade, se não estou em erro, da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Históricos, até que ponto é que, realmente, faz sentido desvalorizar o elemento que mais identifica Pombal?”

Pedro Murinho, que fez a intervenção abaixo:

“O que me traz por cá é a segurança, ou a falta dela, no nosso Concelho, algo que me preocupa muitíssimo.

Pombal podia, até há pouco tempo atrás, orgulhar-se da acalmia que tinha. Na verdade, o clima de segurança existente parecia nada temer. A ver pelos crimes que têm abalado o nosso Concelho, parece que tudo mudou.

Aos larápios muito pouco tem passado em claro, já tudo é pretexto para ser assaltado, desde carros a habitações, a empresas, comércios, associações, juntas de freguesia, etc., etc. Não há Freguesia do nosso Concelho que não se queixe deste tipo de crimes nos últimos meses.

Para agravar ainda mais este cenário, no passado dia 18 de Fevereiro, numa só noite, Pombal assistiu a 15 assaltos em pleno Centro da Cidade, nas ruas mais movimentadas.

Para diminuir este tipo de ocorrências não tenho dúvida que terá que passar por penas mais pesadas para os infractores deste tipo de crimes, mas também por mais policiamento e policiamento parece-me que é aquilo que escasseia no nosso Concelho.

Relativamente à PSP não consegui obter dados suficientes, ao ponto de afirmar que o Posto de Pombal tem recursos humanos em quantidade suficiente para assegurar a segurança da nossa Cidade, mas relativamente às Freguesias rurais do nosso Concelho, asseguro-vos que estamos muito mal protegidos.

Obviamente, que o género de pessoas que cometem este tipo de crimes, conhecem bem a realidade do nosso Concelho, em matéria de policiamento. O Posto de Pombal, da GNR, contava, até há bem poucos anos atrás, com mais de 40 homens, actualmente, tem 19, dos quais apenas 13 fazem patrulhamento, o mesmo acontece no Posto da Guia.

É muito frequente, durante o período da noite, haver apenas uma patrulha da GNR a patrulhar toda a zona rural do nosso Concelho, e lembro que estamos a falar de cerca de 50.000 habitantes e 600 km², já diz o ditado “sem ovos não se fazem omeletas.”

Para além do défice de policiamento, para garantir segurança às populações, imaginem duas ocorrências, uma na Guia e outra em Albergaria. Há poucas semanas atrás, foram transferidos de Pombal para Leiria, cinco homens para o PIR – Polícia de Intervenção Rápida e um para o NIC - Núcleo de Investigação Criminal. Até ver, substituição, ainda não houve.

Ainda alguém tem que me explicar o que fazem, no período de Inverno, desde Outubro a Maio, os homens dos GIPS – Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro, sedeados em Pombal? Porque é que estes homens não são colocados nos dois postos da GNR de Pombal para efectuar patrulhamento?

Custa-me ler, nos objectivos estratégicos do Orçamento do Ministério da Administração Interna, que a grande prioridade, para este ano, é um policiamento de proximidade. Eu pergunto, como?

Ocorre-me, portanto, exigir ao nosso Governo reforço urgente no dispositivo das Forças de Segurança do nosso Concelho, de forma a que se reforce o sentimento de segurança das nossas populações e a prevenir a criminalidade.

Senhor Presidente, e já agora, Dr. Adelino Mendes que tão perto está da tutela, intercedam junto do Ministro da Administração Interna para que reforce com urgência os dispositivos de segurança do nosso Concelho, nomeadamente, a GNR.”

Fernando Carolino, que usou da palavra para transmitir o seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal, faço minhas as palavras daqueles que me antecederam, no sentido de lhe perspectivar um bom augúrio na condução desta magna Assembleia.

Muitos têm sido, e são, os temas que podem trazer a esta magna Assembleia e, como tal, tenho alguma dificuldade em expor tudo aquilo que gostaria de aqui deixar no pouco tempo de que dispomos para o fazer. Contudo, tentarei elencar e falar sobre dois daqueles que penso terem uma maior actualidade, no momento, no nosso Concelho.

Assim o que apraz registar pelo que se passa de bom e de menos bom neste Concelho, realço, desde já, duas situações: Um prémio individual e um outro colectivo.

O prémio individual fica registado em nome de Juliana Fernandes, aluna da ETAP, da turma de Design de Moda, que recentemente venceu o 6.º Concurso Nacional de Criadores de Moda, a ressalva de um bom trabalho para um curso ministrado na área de design de moda, uma área tão em viga como é o ensino técnico profissional.

O que significa para mim, e para todos os pombalenses em geral, é que a ETAP, como pólo formador do ensino dito e tido como alternativo, precisa de ser continuada, pois os resultados, esses vão, certamente, aparecendo, e como tal, é imperativo e necessário ter

uma devida, especial e cuidada atenção na sua continuação como referência do Ensino Técnico Profissional, em Portugal.

A ressalva segunda fica no desporto colectivo e para a equipa feminina de Andebol, de uma colectividade sediada na Freguesia das Meirinhas. Esta colectividade, não só conseguiu o apuramento para disputar a fase final do Campeonato Nacional de Andebol, onde se irá apurar o Campeão, como talvez, e até mais relevante, pela segunda vez consecutiva, qualificou-se para a Competição Internacional Europeia. Com este feito digno de relevo, surge a necessidade de se erigir um pavilhão onde a prática deste desporto, e já a alto nível, possa ser desenvolvida. Terreno, segundo julgo saber, já há, o projecto já existe, a vontade expressa colocada em programa de actividades, por parte da Edilidade, também. Sendo assim, fica desde já uma questão premente ao Executivo e que é a seguinte:

- Senhor Presidente da Câmara, existe alguma realidade nesta pretensão de construção de um pavilhão nas Meirinhas?*
- É tal pavilhão um apoio directo ao Colégio João de Barros ou à população daquela Freguesia?*
- Já agora, e a ''talho de foice'', não vamos viver outra vez a rábula desta colectividade ser tida como privada, à guisa do que aconteceu com o futsal do Instituto D. João V, há anos atrás?*

Mudando de rumo e trazendo à coacção um tema agora cada vez mais em voga, não só no País mas também no Concelho de Pombal e que teve até o condão de fazer saltar a terreiro, e de forma algo aproveitadora, politicamente falando, alguém que muito prezo mas que tem andado desaparecido da cena política pombalense.

Falo-vos, caros camaradas e colegas de Assembleia, da insegurança.

Recordo que aqui, neste local, em tom bem efusivo, o meu distinto adversário de Assembleia Dr. José Grilo, alertou para os números de segurança no Concelho de Pombal e que até não eram, na altura, nada maus. Estávamos relativamente seguros, afiançava este meu opositor.

O tema está cada vez mais actual e os 15 assaltos, numa só noite, numa das principais artérias da Cidade, os violentos assaltos em localidades vizinhas da sede do Concelho, são motivo de sobra para abanar os responsáveis pela dita, e não só. Foi, como já alguém disse, um autêntico arrastão que, incompreensivelmente, dada a sua extensão, não foi detectado por quem quer que fosse e, principalmente, pela polícia.

Como tal será legítimo e até, quiçá premente, que se estabeleçam dúvidas efectivas sobre a segurança dos bens e das pessoas na Cidade de Pombal e diria mesmo, no Concelho pelo seu todo.

Contudo será, em minha opinião, muito fácil culpar a PSP e a GNR locais por este estado de coisas. Bem sabemos que a falta de recursos humanos e materiais, acrescida de uma materialização do sentimento de impunidade dos prevaricadores, são grandessíssima ajuda a situações como estas.

Penso que a pró-actividade junto das forças de segurança, ainda existentes no Concelho, merecia uma palavra atenta por parte desta Assembleia, uma palavra que se fizesse sentir, ou melhor fizesse transmitir a voz popular vigente de maior segurança no nosso Concelho e, aproveitando agora esta nova leva de integração de novos elementos nas forças de segurança. Também o nosso Concelho fosse contemplado com alguns reforços que, certamente, eram muitíssimo bem vindos.

Sobre o tema do Go Shopping, gostaria de subscrever as palavras dos meus camaradas Adelino Mendes e João Melo Alvim e acrescentar duas prementes questões, que do estudo técnico me parecem surgir.

A primeira tem a ver com o local de cheias onde este edifício, me parece a mim, vai ser erigido.

Segunda questão. Recordo-me que em Pombal tudo se fez para retirar postos de gasolina da urbe. Recordo um na Avenida Heróis do Ultramar e recordo outro junto ao Campo de Futebol. Neste momento vamos colocar um junto da Mata do Castelo. Recordo aqui a todos os presentes, e aos pombalenses em geral, que, nas tradicionais Festas do Bodo, ano sim ano sim, temos ali incêndios. Vai ser um problema acrescido ou, efectivamente, está acautelada esta questão?’’

Nascimento Lopes, cuja intervenção se segue:

“Gostaria de falar do Casarelo e dizer a todos que, em tempos de outrora, sempre defendi que aquele espaço deveria ser ocupado para uim pólo escolar. Esses tempos já lá vão, até porque houve um Ministro do PSD que entendeu que ali não seria o local ideal, a actual Senhora Ministra da Educação também o entendeu assim e, é óbvio que, se assim não aconteceu, não seria viável ocupar aquele espaço como espaço ambiental ou espaço florestal, na medida em que, à Câmara, sairia bastante oneroso.

Fico a pensar na preocupação dos Senhores do Partido Socialista, e fico a pensar porque os Senhores, no fundo, não querem defender o progresso local, não querem defender os postos de trabalho, não querem defender o empreendimento para esta Cidade.

Para os Senhores é tudo mau. Então, recuemos no tempo.

O que é que nós devemos dizer do vosso TGV? É ou não é um atentado a todo o povo português? É ou não é um atentado, tendo em atenção as localidades por onde passa? É ou não é um atentado à indústria, ao comércio, ao retalho, a tudo por onde ele passa? Os Senhores não querem ver isso, também?

Não podemos ser cegos, temos que ver com os dois olhos.

O Casarelo, na minha opinião, poderá trazer alguns problemas à Cidade de Pombal, no escoamento, aceito que sim, mas também aceito que as pessoas que estão a fazer o projecto e o vão executar, terão, forçosamente, que ter em atenção tudo isso, portanto, não vamos agora pensar que não vale a pena investir em Pombal.

Segunda questão. Quero dizer-lhes que me sinto extremamente satisfeito, como Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, pela eficiência dos Pombus, pese embora os Senhores da oposição entenderem que não estava o estudo feito e nem sequer lhes passava pela cabeça qual seria o custo de toda esta exploração.

Quero dizer que esta foi uma medida extremamente acertada da Câmara, e basta consultar números. Há muita adesão a esses mini autocarros.

Como curiosidade e porque é importante que saibamos as pessoas que neles já andaram, até 14 de Fevereiro, na Linha Azul, já tinham andado 19.848 pessoas; na Linha Vermelha – 3.329; e na Linha Verde – 6.259. Como podem ver, analisar e apreciar, é realmente muita gente.

Há aqui uma situação que eu acho de extrema importância, é a tal situação social. As crianças em idade escolar não pagam e eu sinto-me honrado porque já tenho 65 anos e também não pago ao andar no autocarro, o que é extremamente importante para os que já estão na dita terceira idade.

Por último, queria falar dos desempregados, desempregados que estão directamente relacionados com o Centro de Emprego.

Foi publicada uma Portaria que é a 128 que veio alterar a legislação aos desempregados e, acima de tudo, fazer exigências que eu, muito francamente, não aceito de ânimo leve. Chamam-lhe outro nome, deixaram de ser pobres para passar a ter um nome pomposo que é Contrato de Emprego Inserção e/ou Contrato de Emprego Inserção +. Palavras bonitas que, no fundo, querem dizer apenas Programas Ocupacionais.

Como sabem, quer as Instituições de Solidariedade Social quer as Autarquias podiam ter ao seu serviço pessoas que estão no desemprego. A partir de agora, cada um de nós deve pensar maduramente nesta questão, e porquê? Porque nós passámos a ser responsáveis pelo pagamento de 20% às pessoas que temos a nosso cargo, que até aqui eram da Segurança Social e que passaram a ser da responsabilidade das Autarquias, somos responsáveis pelo pagamento do subsídio de almoço, que já acontecia, pelo pagamento do transporte e também, e aqui fica uma dúvida, porque a legislação que existia dizia que éramos obrigados a fazer um seguro de acidentes pessoais e agora diz-nos apenas que temos que fazer um seguro que garanta a segurança dos trabalhadores. Pergunto. Qual deles querem, acidentes pessoais, acidentes de trabalho, ou os dois?

Parece-me que com este método, meus Senhores, o Centro de Emprego irá ficar com muitos milhares de desempregados em casa porque, infelizmente, ninguém os quer.”

João Coelho, que fez a intervenção seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia, apresento-lhe desde já os meus cumprimentos. Desejo-lhe um bom trabalho.

Antes de mais quero dirigir-me ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal para lhe dizer que em nenhum momento veio desta Bancada uma manifestação de protesto em relação à implementação dos Pombus em Pombal, apenas pela falta de informação que poderia haver sobre a possibilidade de existir ou não um estudo prévio de viabilidade económica ou de benefício social que poderia advir da implementação deste serviço.

Nunca esta Bancada apresentou essa manifestação de protesto, nem podia fazê-lo, porque já enumeras vezes, ao longo dos anos, se manifestou a favor, publicamente, pela implementação e reforço dos transportes públicos no Centro de Pombal, e não só.

Este assunto, penso que está esclarecido.

A minha intervenção, de hoje, tem que ver com a Acção Social Escolar.

No início deste ano lectivo os portugueses tiveram conhecimento das alterações introduzidas pelo Governo no regulamento da Acção Social Escolar para os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. As novas regras assentam numa associação automática entre os escalões da Segurança Social e da Acção Social Escolar com uma consequência imediata: mais 2/3 dos alunos portugueses nestes níveis de ensino passaram a beneficiar de ajuda nas despesas com livros, refeições e material escolar. Poupano-me a grandes especificações técnicas ainda refiro que este regulamento define explicitamente que nenhum anterior beneficiário pode ser prejudicado pela entrada em vigor destes novos preceitos, numa preocupação de nunca excluir ninguém.

A competência de gestão destes apoios para o 1º Ciclo pertence às autarquias. Perante o novo regulamento as Câmaras decidiam por uma de duas opções: ou adoptavam as mesmas regras que o Governo ou seguiam as regras antigas. A Câmara Municipal de Pombal manteve as regras antigas.

Que fique bem evidente que em nenhum momento questiono a legalidade da opção. No entanto, eu ou qualquer cidadão podemos e devemos questionar politicamente a mesma, pelas consequências na vida de muitas famílias do nosso concelho.

Primeiro ponto. Pela não adopção de regras comuns 400 alunos do 1º ciclo não beneficiam neste momento de Acção Social Escolar no nosso concelho. Isto cria situações de injustiça evidentes. Por um lado, famílias de Pombal perdem em relação a famílias da maioria dos concelhos portugueses que seguiram as regras adiantadas pelo Governo. Depois alunos no 1º Ciclo são prejudicados em relação a alunos mais velhos nas mesmas condições de carência económica. No limite criou-se a possibilidade de

irmãos em diferentes níveis de ensino poderem ter benefícios diferentes, algo difícil de aceitar para pais com a mesma dificuldade em educar ambos.

Em segundo lugar consideramos que os montantes em causa são perfeitamente comportáveis numa Câmara tão expedita na cobrança de receitas como é a de Pombal. Mais do que comportáveis seriam justificáveis, se vistos como clara intenção de apoiar famílias jovens com dificuldades económicas ou até mesmo como sinal estratégico de afirmação concelhia.

O que nos leva ao último ponto. O anúncio de que a Câmara Municipal de Pombal optaria por excluir 400 potenciais beneficiários da Acção Social Escolar no 1º ciclo foi feito pouco antes de sabermos que no próximo ano lectivo o executivo vai assumir a oferta dos livros escolares. Cúmulo da incoerência ou do cálculo político, não sei. Não tenhamos a mínima dúvida, livros pagos excepcionalmente num ano são bem-vindos, mas a garantia continuada de apoio em muitas outras despesas, igualando pombalenses com pombalenses, pombalenses com portugueses, não seria menos bem-vinda.

O que qualquer um de nós vê é que o compromisso com este tipo de apoios nunca foi uma prioridade para o Sr. Presidente. Por isso tenho o direito de me questionar se veríamos V. Exa. com estas oferendas escolares embrulhadas num rol de medidas anti-recessão se este não fosse ano de eleições.

Concluo com as seguintes perguntas:

Porque é que o Sr. Presidente, estando disposto a oferecer os livros escolares no próximo ano lectivo, não quis alargar o número de beneficiários da Acção Social Escolar em 2008/2009?

Sabe V. Exa. quanto dinheiro a Câmara poupou com a não atribuição destes apoios este ano?

Sabe quanto dinheiro vai gastar com a oferta dos livros escolares no próximo ano?

Considera que o dinheiro poupado este ano era suportável pelo Orçamento da Câmara para 2009?''

Pedro Pimpão, que usou da palavra como se segue:

''Senhor Presidente, em primeiro lugar endereçar as minhas felicitações ao Presidente e aos novos Secretários desta Assembleia.

A minha intervenção vai no sentido de clarificar algumas dúvidas que foram suscitadas nas intervenções dos meus colegas da oposição, nomeadamente, qual a posição do Partido Socialista sobre este projecto, sobre este empreendimento do Go Shopping.

Depois da intervenção do Dr. Adelino Mendes parece que a posição ficou um pouco mais clara com o registo do Dr. João Alvim que nos parece trazer mais lucidez à posição Socialista, ou seja, não são contra o empreendimento, mas sim contra a localização do mesmo.

Relativamente ao local há algumas preocupações que eu também estou em crer que o próprio Município fez questão, na reunião que tiveram, de as transpor a quem de direito, e é lógico que há muitas preocupações, nomeadamente, com o congestionamento do trânsito, que se colocam e devem ser devidamente salvaguardadas.

Relativamente ao trânsito. Muito se tem falado nesta Assembleia sobre o trânsito e é pena que ainda agora vimos o Primeiro Ministro vir ao nosso Distrito anunciar um conjunto de obras de infra-estruturas rodoviárias no Distrito de Leiria e, infelizmente, continuamos a ver o IC2 sem intervenção digna e merecida há já algum tempo, e que só é recordada quando existem acidentes fatais.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal já aqui falou dos Pombus e o que é certo é que esta intervenção do Município deve ser vista um panorama geral que nós, nesta Assembleia, devemos analisar.

Quando o Deputado João Coelho disse que o Partido Socialista nunca foi contra, o que é certo é que houve dúvidas aqui trazidas, a esta Assembleia, na fase inicial de implementação deste projecto, e houve alguns profetas da desgraça que disseram, nomeadamente o Eng.º Adelino Malho, que ninguém utilizaria estes mini autocarros, que este era um investimento que não era prioritário e que era um investimento que o Município não deveria fazer.

Face a estas críticas, é importante que nós, aqui, façamos a avaliação deste projecto e desta iniciativa Municipal. Os dados que temos fazem com que a circulação, tal como foi aqui afirmado, vá desde a média de 300 passageiros por dia para 900 utentes diários de 6 de Janeiro a esta parte, o que me leva a dizer que os pombalenses aderiram em força a esta iniciativa, mais, podíamos considerar que esta iniciativa deve constar de um programa mais abrangente, ou seja, em vez de falarmos em trânsito, temos que começar a falar de mobilidade sustentável.

Relativamente à mobilidade sustentável, quais serão os objectivos que, do nosso entender, devem ser primordiais quando falamos em mobilidade. Desde já o facto de promovermos a acessibilidade ao nível da rede pedonal, ou seja ao nível dos passeios e passadeiras, ao nível dos edifícios, ao nível da criação de lugares de estacionamento na periferia da nossa Cidade e daí, julgo que bem, o facto do Largo do Arnado servir agora como zona de estacionamento bem como o parque junto ao Centro de Saúde. Se calhar, com a evolução do trânsito e da mobilidade em Pombal, se calhar, pensar na criação de um parque na zona mais periférica da Cidade.

Ainda em relação aos objectivos da mobilidade, e aqui faço um apelo ao Município, a criação de redes cicláveis, ou seja, a implementação de percursos de ciclovias na nossa zona urbana que seja possível alastrar a outras Freguesias do nosso Concelho, criando uma rede gerida à escala Concelhia.

O que é que é necessário para Pombal? É preciso criar uma cultura de gestão territorial que promova a Cidade nas distâncias curtas e a Cidade do baixo carbono, maximizando a acessibilidade a pé, de bicicleta e em transportes públicos, ou seja, fazer com que o automóvel passe a ser uma opção e não uma necessidade.

Neste sentido, Senhor Presidente, permita-me que lhe faça uma pergunta. Qual é a avaliação que o Município faz de implementação deste projecto e quais serão os próximos passos?"

Adelino Malho, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"A minha intervenção é sobre o pedido de esclarecimentos que fiz ao Executivo e sobre a questão que está por detrás do pedido, que é a questão do Pombus.

A cultura da Democracia está intimamente relacionada com a qualidade e com a quantidade da participação das pessoas, mas para que essa participação exista é fundamental que as pessoas tenham informação. O que eu constato é que o Senhor Presidente não facilitou a disponibilização da informação a um Membro da Assembleia e o que eu concluo é o seguinte: Ou o Senhor não valoriza a qualidade da participação do debate e por isso não valoriza a democracia e não tem grande cultura democrática, ou o Estudo não existe. Eu estou inclinado a pensar que a causa de não me ter sido facultada a informação está nas duas razões.

Senhor Presidente, esclareça-me, porque nesta questão dos Pombus, apesar do Partido Socialista ser favorável aos Pombus eu continuo cheio de dúvidas e ter dúvidas deve ser um atributo fundamental de quem tem deveres de fiscalização do Executivo, e no sentido de ser esclarecido, coloco as seguintes questões:

- *Quais as principais conclusões do Estudo?*
- *Qual a dimensão da procura?*

- *Quais os preços que a maioria das pessoas estavam disponíveis a pagar pelos Pombus?*

Num projecto como este é fundamental que nós o possamos avaliar, e o possa fazer na fase que o projecta, com os estudos, para depois se poder avaliar em relação às suas valências e características na fase de implementação, porque há muita gente já a fazer avaliação sem saber o que é que se pretendia com os Pombus.

Inicialmente, e nesta Assembleia foi dito muitas vezes, o que se pretendia era que os Pombus fossem os transportes urbanos. Neste momento os Pombus não são transportes urbanos, os Pombus são transportes da Freguesia de Pombal e são transportes da Freguesia de Pombal pagos por todos os pombalenses e penso que as outras Freguesias também gostariam que os transportes que os pombalenses pagam para a Freguesia de Pombal, se estendessem a outras Freguesias, a Abiul, às Meirinhas, à Redinha, etc., porque de borla nós recebemos e aceitamos quase tudo. Acho surpreendente que muita gente faça uma avaliação extremamente positiva quando se está a fazer um serviço de borla mas, como alguém disse, os serviços de borla, normalmente, ficam-nos muito caros, e eu, como tenho dúvidas, temo que este serviço nos fique muito, muito caro.

Em relação à questão do Go Shopping, não me queria pronunciar sobre isso, mas houve aqui algumas indirectas sobre a forma como o Partido Socialista e eu próprio, nos temos posicionado sobre esta questão.

Achei estranho que agora se faça o discurso de que quem está a favor do Go Shopping está a favor do progresso, quem está contra o Go Shopping está contra o progresso e, ainda por cima, culpar-se nesse raciocínio perfeitamente retrógrado, típico de velho dos Restelo, se compare o Go Shopping com o TGV, quando se está, no fundo, a falar sobre o progresso do Concelho.’’

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que foi confrontado com um requerimento do Senhor Eng.º Adelino Malho a que respondeu dizendo que os documentos que ele solicitava estavam disponíveis no Gabinete do Senhor Vereador do Pelouro da Mobilidade, Trânsito e Transportes Urbanos, Dr. Pedro Martins, podendo aí ser consultados em dia e hora a agendar de acordo com a sua disponibilidade.

Disse que o Senhor Deputado, lhe enviou um e-mail em que dizia que o ofício, em que lhe respondeu o acima referido, não respondia ao seu requerimento, esclarecendo que pretendia receber o Estudo e não ter acesso, unicamente, ao documento, podendo o mesmo ser-lhe enviado em suporte informático, mas que não nega que tivesse acesso ao documento.

Disse que, em resposta a este e-mail lhe foi transmitido que o ofício que lhe havia enviado no dia 29 de Janeiro, confirma a disponibilidade do documento para consulta do Senhor Deputado Municipal, direito que detém sem necessitar da sua intervenção como correio e que, como ficou expresso no referido ofício, o documento, no todo ou em parte, pode ser obtido junto do Vereador do Pelouro.

Finalmente disse pensar que o assunto está esclarecido e que sobre o mesmo não iria dizer mais nada.

Anselmo Vivas, que usou da palavra como se segue:

‘‘Senhor Presidente, permita-me, em primeiro lugar, que o cumprimente nas suas novas funções, à semelhança dos colegas que o fizeram anteriormente.

Foi publicada, no passado dia 18 de Fevereiro, a Lei que estabelece o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude.

Parece-me que, no cenário actual em que nos encontramos e onde os jovens são vítimas particulares da situação de crise, esta é uma fraca resposta do Governo a medidas concretas que poderiam beneficiar os jovens, principalmente, porque sabendo, à partida, que o PS não é, nunca foi de todo, um Partido com vocação para o Poder Local,

parecer-me ser mais uma tentativa de criar, dentro da autarquia, um órgão de jovens, principalmente das organizações de juventude partidária e, no fundo, politizar a definição das políticas de juventude dentro do seio da Câmara.

Sabemos, assim, que muitos jovens, provavelmente de juventudes partidárias, poderão emitir pareceres obrigatórios - é o que consta na Lei - sobre as definições da política de juventude municipal, políticas essas que, com este diploma poderão ser limitadas apenas ao Pelouro da Juventude, e nós sabemos que as políticas de juventude são transversais aos vários Pelouros.

O que dá a liberdade a este Conselho Municipal da Juventude é deliberarem e pronunciar-se sobre vários temas sobre os quais não têm específica competência.

Tendo em conta o cenário actual em que existem muitos jovens no desemprego ou com empregos precários, ainda por cima, qualificados, em que é notória, cada vez mais, a dificuldade na sua emancipação e que hoje talvez vivam um pouco pior do que a geração anterior, ou os programas de qualificação e habilitação das Novas Oportunidades que são uma forma de enriquecimento de habilitações estatístico, em que as pessoas passam a ter as habilitações concorrendo com outros que se esforçaram para as obter mas que nos faz parecer melhores lá fora, parece-nos assim, que este diploma não vem acrescentar nada àquilo que o Governo poderia fazer.

Esta é, a nosso ver, uma tentativa de criar mais um espaço de debate político interno nas Autarquias, a um ano das Eleições Autárquicas, talvez capitalizando algum poder de oposição que muitas Câmaras ainda não conseguem ter.”

Fernando Matias, cuja intervenção se segue:

“Antes de mais gostaria de sublinhar a qualidade da democracia, e já foi aqui falado, do Concelho de Pombal.

Eu penso que isto não deve ser uma figura de retórica, porque a nível Nacional, de facto, eu estou sobejamente preocupado. Vejamos o célebre caso “Magalhães - Torres Vedras”, é com estas práticas que nos devemos preocupar, também o buraco negro BPN, tentam-se apoiar determinadas clientelas cirurgicamente.

Falando de cirurgias não podia deixar de falar das taxas moderadoras. Todos nós sabemos, apesar do Governo, com paninhos quentes, suavemente, ter admitido que estamos em recessão, qual é o meu espanto quando ele aumenta as taxas moderadoras.

No Portal da Saúde, para justificar as ditas taxas que são consideradas injustas por muitos, lê-se: «As taxas moderadoras são um instrumento “moderador, racionalizador e regulador do acesso às prestações de saúde”. Permitem, simultaneamente, o reforço efectivo do princípio da justiça social no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.»

Pergunto: Onde é que está a justiça social, quando nós sabemos que as camadas de população que são duramente afectadas são as mais desfavorecidas e as economicamente mais instáveis? Aqui não temos nada de justiça social.

No dia 18 de Fevereiro, corrente, dizia a Senhora Ministra da Saúde, Dra. Ana Jorge, que considerou as taxas moderadoras que têm um valor considerável, no entanto, sublinhou que têm um valor educativo e pedagógico. Mais um imposto encapuçado, porque parece que voltámos à época da régua e da palmatória, educa-se puxando as orelhas e batendo, provavelmente temos que enveredar por outros caminhos.

Se as taxas moderadoras são consideradas, de facto, injustas, vejamos no caso dos actos cirúrgicos e nos internamentos. O doente já está atingido no seu bem estar, já está condicionado pela sua saúde, a decisão não é dele é uma decisão médica, mas mesmo assim ele tem que abarcar com custos. Isto é inadmissível e eu não queria deixar de me insurgir, aqui, perante este facto.

Termino de uma forma breve, não me quero alongar, mas quero sublinhar tudo isto.”

José Gomes Fernandes, cuja intervenção se transcreve:

“Tenho de apresentar, em primeiro lugar, os cumprimentos ao novo Presidente da Assembleia Municipal e a toda a Mesa, desejar-lhes a sabedoria para condução dos trabalhos e a boa ventura para os bons resultados.

Devo também, neste momento, apresentar os cumprimentos ao ex Presidente da Mesa da assembleia, até porque, tendo tido nós um conflito, como foi do conhecimento de todos, e tendo, neste momento, a história feito o seu julgamento, devo apresentar-lhe os meus cumprimentos e lembrar que, quando utilizou o tempo para fazer um ataque pessoal como se fosse eu o responsável pelo conflito com ele, a prova está hoje aqui, o conflito não era pessoal, nada tinha contra Luís Garcia, era uma questão política e a questão pessoal não era entre mim e ele.

Não quis participar neste processo, alheei-me e ausentei-me intencionalmente, para que não tivesse qualquer ligação a isto e, de facto, a responsabilidade destas questões ficam com quem tem que as assumir.

Quanto ao nosso trabalho aqui, nesta Assembleia, o nosso papel é, de facto, fiscalizar o Executivo Camarário, é trazer propostas, trazer ideias, trazer ao debate todas as questões sem as trazermos de uma forma dogmática ou fanática, se calhar não o fizemos sempre, provavelmente, eu próprio tive outras responsabilidades e outra forma de estar na política, mas devemos racionalizar as questões, ser objectivos e, como disse, não trazer a nossa intervenção de forma dogmática.

Todas as decisões do Executivo Camarário são aqui discutíveis, e são analisáveis, temos o dever de nos pronunciar sobre todas, quer seja o Pombus, quer seja o Go Shopping, quer seja o que for, tudo o que seja e tenha a ver com decisões políticas deste Executivo.

Podem perguntar amanhã: O que é que tu contribuístes para a moralização da política? Podem perguntar-mo a mim, se calhar contribuí pouco, e esse era um dos meus objectivos públicos, assumidos enquanto fui líder do Partido, era moralizar o exercício da acção política, moralizar o exercício dos políticos, credibilizar os próprios políticos, esse deve ser o nosso papel, e para isso devemos ser honestos nas nossas intervenções e devemos ter a coragem de tratar todas as questões sem medo e sem censura de quem quer que seja, porque ninguém tem o direito de censurar a nossa consciência.

Entendo que todos os investimentos do Executivo Camarário, neste momento de crise, são positivos, desde que não impliquem excesso de despesa e, neste momento em que muita demagogia se faz com medidas de anti-crise, através do Eng.º Sócrates e agora, também, através dos Municípios, a derradeira medida que tanto o Governo como os Municípios devem tomar é reduzir a despesa pública, não é aumentá-la. Podem aumentar o investimento, aquilo que representa a criação de riqueza mas devem reduzir a despesa pública, tal como fazem todas as empresas privadas, porque o orçamento dos particulares está mais curto e, de facto, as entidades públicas não reduzem a sua despesa, cobram mais impostos, a voracidade é tal que não têm freio para consumir impostos e os particulares não se conseguem governar com as receitas que têm.

Uma governação, e chamo a vossa atenção, só é positiva e correcta quando traz o bem-estar às populações. Neste momento, os impostos deviam ser reduzidos para que o investimento privado pudesse aumentar e não é isso que está a acontecer. Quero-vos dizer que, quando comecei na advocacia e quando nasceu o meu primeiro filho - que já vão com mais de 20 anos - era um jovem advogado e, por esse motivo, na instituição onde o deixava, a APEPI, diziam-me: “O Senhor é Advogado tem que pagar a mensalidade máxima”, paguei. Eu ia levar o meu filho num Ford Escort velho, ferrugento e mal conservado, mas havia indivíduos que iam levar os filhos em Mercedes e pagavam menos de metade do que eu pagava.

Quando eu vejo medidas demagógicas a querer promover alguns oportunistas, fico triste porque estou farto de pagar impostos para que haja muitos oportunistas.

Faço um apelo para que todas estas medidas sejam correctas, que haja uma grande fiscalização e que não sejam só uma forma de demagogia. Eu até vou votar contra estas questões, que não me dizem que, de facto, são adequadas, até porque já existem subsídios adequados no sistema de ensino para as pessoas que necessitam.

Há pessoas que estão endividadas, que estão em risco de perder a casa, que até têm declarações de IRS razoáveis mas cujo endividamento é tal que não conseguem pagar as suas despesas e não vão ser apoiados, mas são estes, os da classe média que estão na falência e que não têm apoios sociais, vendo-se obrigados a ir para o estrangeiro.

Vamos ser cuidadosos e ajuizar quem são os coitadinhos e quem é que necessita, de facto, dos apoios públicos.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“Uma pequena nota de rodapé, relativamente à discussão pública e à discussão, aqui, na Assembleia Municipal, do Go Shopping.

Quando o PS estava na Câmara faziam tudo nas catacumbas, agora faz-se às claras e faz-se em termos públicos.

A reunião teve lugar no Teatro Cine, era aberta, foi publicitada a discussão pública em dois jornais, um Nacional e um Local, no site da CCDR estava indicada esta reunião. Quem fez o convite foi a CCDR e, portanto, penso que há má fé na forma como o Partido Socialista traz aqui à coacção esta questão.

Vamos discutir o Go Shopping, a sua localização, tudo o que quiserem, mas vamos discutir estas questões abertamente.”

De seguida disse ter entregue na Mesa uma Moção sobre a transferência da DRE Centro, de Coimbra para Aveiro, subscrita por uma série de Membros da Assembleia Municipal, a qual leu, se dá reproduzida e fica apensa à presente acta, pedindo a todos os Membros presentes que a aprovassem.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a admissão da Moção a votação, tendo a mesma sido aceite, por unanimidade.

De seguida informou ter ainda recebido, na Mesa, uma Recomendação à Câmara sobre as Taxas de Recursos Hídricos e a Taxa de Gestão de Resíduos, que leu, se dá por reproduzida e fica apensa à presente acta.

De imediato colocou a aceitação da Recomendação a votação, aceitação aprovada por unanimidade.

De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações dos Membros da Assembleia, como se segue:

“Cumpre-me, antes de mais, dizer que por imperativo da minha responsabilidade autárquica, devo responder a algumas interpelações que me foram, aqui, feitas na minha qualidade de Presidente deste Órgão Colegial.

Começo por responder ao Senhor Deputado e distinto Chefe de Gabinete de um Senhor Secretário de Estado, Dr. Adelino Mendes, para lhe dizer, como português, que me sinto cada vez mais decepcionado com a forma de fazer política neste País, por incompetência generalizada, com laxismo e com irresponsabilidade que com este Governo, muitas vezes, é premiada.

Ainda agora ouvimos dizer, nos telejornais, que as Câmaras devedoras há mais de dois anos, em relação às suas obras públicas e fornecimentos, estão autorizadas a ir buscar milhões, bonificados, que não entram na sua capacidade de endividamento, e que podem ser pagos e amortizados a perder de vista.

A mediocridade premeia-se, a irresponsabilidade também, e esta política atesta por que, efectivamente, a nossa dívida pública nacional, nos últimos dez anos quadruplicou, e

mais, estamos a lançar obras que não são pagas pela minha geração, são pagas daqui a 20 ou 30 anos.

Quando se implanta, aqui e bem, um projecto que já foi rotulado economicamente falhado pelos mentores desta Bancada da Oposição, com certeza que já não se vão realizar porque a motivação dos empreendedores, com estas políticas e com esta legislação que temos vindo a ter, cada vez é mais desmotivante, mais preocupante e conduz cada vez mais e mais milhares de portugueses para o desemprego, em particular os jovens que estão à procura do 1.º emprego.

Quando se põe em causa um investimento de interesse para a nossa Cidade, de acordo com o nosso Plano Estratégico, de acordo com o nosso Plano Director Municipal que tem 14 anos de existência, porque os terrenos são urbanos.

Coloca-se em causa as obras de qualificação da Praça Marquês de Pombal, o Teatro-Cine, a compra da Quinta de Sant'Ana, a Escola Gualdim Pais, a Biblioteca, e muitas outras obras.

O Casarelo é terreno urbano, há muitas décadas. Só temos em discussão o estudo de Impacte ambiental. Fala-se em postos de combustíveis, fala-se em hotéis de 300 lugares, mas esses projectos ainda não foram apresentados nem sequer elaborados.

São estes indivíduos que põem em causa este investimento, dizendo, logo à partida, que é contraproducente, que não é económico, como se se preocupassem com os investidores.

Meus Senhores, a classificação deste terreno não é como a do Freeport, que foi construído em zona ecológica contra todos os pareceres ambientais.

Fez-se com que o Aeroporto saísse da Ota e que agora se indemnizem em milhões de euros 20 ou 30 Câmaras, sem necessidade.

Querem um investimento de um TGV que já ocupa 12 ou 13 km² do nosso Concelho, e não deixam construir uma moradia ou um pavilhão.

São estes gestores dos dinheiros do País que nos trazem, aqui, com incompetência, com falta de conhecimento e de estratégia, que me deixa preocupado.

Meus Senhores, os jornalistas também escrevem muita coisa sem conhecimento, tem que se falar com verdade, autenticidade e realismo. Vou ler o ofício da CCDR, ref.ª DAA 160/09 e que entrou aqui no dia 26 de Janeiro, para todos tirem as devidas ilações:

De seguida leu o ofício cujo teor se transcreve:

‘Assunto: Consulta pública no âmbito do procedimento de AIA do Centro Comercial Go Shopping em Pombal

Como é do conhecimento de V. Ex.ª, está a decorrer, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do centro, o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido, tendo a Consulta Pública sido aberta por um período de 25 dias úteis, de 26 de Janeiro a 27 de Fevereiro de 2009.

O Estudo de Impacte Ambiental e o Resumo Não Técnico deste projecto foram já enviados, oportunamente, a essa autarquia.

Sendo as Câmaras Municipais, simultaneamente, participantes do processo de Consulta e dinamizadoras do envolvimento das populações locais, a CCDR considera, de todo o interesse, realizar reuniões com as autarquias potencialmente afectadas, no sentido de serem prestados esclarecimentos sobre o projecto em avaliação.

Assim, propõe-se a realização de uma reunião, que, para além da vossa participação, contará com a presença de representantes desta Comissão de Coordenação, do proponente e seus consultores.

Dado o objectivo desta iniciativa, é desejável que V. Ex.ª convide, se assim o entender, representantes da Sociedade Civil a estarem presentes na reunião.

Na sequência do contacto telefónico, vimos confirmar a realização da reunião de trabalho, a realizar nas vossas instalações, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2009,

pelas 10h30m, para a qual tomámos a liberdade de convidar a Junta de Freguesia abrangida pelo projecto.”

A Câmara convidou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, a Associação dos Industriais, a Associação Comercial e Serviços, a GNR, a PSP e alguns técnicos do Município.

O que está em causa é o Estudo de Impacte Ambiental. Quando se fala em posto de combustível, quando se fala em hotel e não se conhece o processo, é uma vergonha.

A nova Lei diz que as médias áreas comerciais devem ser inseridas nas zonas urbanas das cidades ou dos locais em que são necessários.

Põe-se em causa a acessibilidade. Quem executar este projecto tem que dar continuidade à Avenida Marquês de Pombal, que está para ser iniciada há mais de 15 anos, e construir uma rotunda que seguirá para a via circular a sul da nossa Cidade, cujo estudo de impacte ambiental já está feito.

Dr. Adelino Mendes, haja ética, haja sabedoria, haja conhecimento, e vamos deixar de ser demagogos e contribuir, todos, com ideias sadias, alicerçadas no saber, na perspectiva de futuro do Concelho, no desenvolvimento sustentado, não desmotivando os agentes económicos de forma a que não haja tanto desemprego, para que não hipotequemos o futuro deste Concelho.

Relativamente aos Pombus, gostava que as pessoas não tivessem a memória curta, que lessem as actas da Assembleia de há 15 anos a esta parte, e que vissem qual foi o contributo dos mentores políticos do Partido Socialista, em termos de oposição, para bem do desenvolvimento de Pombal.

A ribeira estava cheia de silvas, já foi melhorada, o Tribunal deu razão à Câmara porque ela ficou mais qualificada e melhorada em termos de curvas de nível, em termos de escoamento para o mar e tem muito menos probabilidades de se assorear, tem mais velocidade de escoamento e eu digo isto porque estudei hidráulica nos cursos de engenharia do Instituto Superior Técnico.

Não tivemos inundações este ano porque, à nossa custa, desassoreámos o Rio até Albergaria dos Doze e esta competência não é das autarquias.

Hoje, é um dia triste para mim. Veio cá o Presidente do pólo de Turismo que esteve para acabar, sabem quais são as receitas, no próximo ano, pela alteração legislativa desse Posto de Turismo? São menos de metade. Conclusão: Veio apresentar um Protocolo para a Câmara pagar milhares de euros de forma a manter a estrutura que existia e manter os postos de trabalho.

Não é assim que se legisla, não é assim que se tomam decisões.

Estamos sempre a contribuir para o aumento da dívida pública com as obras que estamos a lançar, daqui a três anos a dívida é sete ou oito vezes superior à actual e não caímos numa banca rota porque ainda estamos no euro.

Relativamente à intervenção do Dr. João Coelho, devo dizer que nós planeamos, temos um plano de acção para quatro anos e todos os anos são realizadas obras, não fazemos obras só de quatro em quatro anos, não fazemos obras eleitoralistas.

Quanto ao Dr. Alves Grilo, o Senhor sabe muito bem que Cuidados Continuados e Centro de Saúde não é responsabilidade das Câmaras, apesar de, como este Governo não tem competência para pagar aquilo faz, poder delegar estas competências às Autarquias.

Nós cedemos terreno à Santa Casa da Misericórdia, mas a construção só se faz se houver funcionalidade. O Hospital velho de Leiria esteve, anos, preparado para entrar em funcionamento, e Leiria é a capital de Distrito e tem o dobro da população de Pombal.

Não vamos ter ali uma Unidade de Cuidados Continuados se, de facto, não houver técnicos e não houver equipamentos, mas se isto for garantido o terreno está à disposição.

Dr. Fernando Carolino, temos seis campos de relva sintética no Concelho e estão mais dois apoiados, Carnide e Ilha. Fizemos mais de 40 polidesportivos, muitos gimnodesportivos, na Freguesia do Carriço, na Freguesia de Santiago de Litém, em Albergaria dos Doze, na Redinha, e há dois para serem construídos, este ano, no Lourical e nas Meirinhas.

O Gimnodesportivo das Meirinhas não é um elefante branco. É propriedade do Município, gerido pelo Pelouro do Desporto com pessoal pago pela Câmara, de forma a complementar a actividade do Gimnodesportivo Professor Eduardo Gomes que não tem capacidade de responder às solicitações e serve três Freguesias, Vermoil, Meirinhas e Carnide.

Senhor Eng.º Adelino Malho, contrariamente ao que o senhor tem vindo a dizer, os Pombus, até ao dia 14 de Fevereiro, transportaram 29.436 passageiros. Na linha azul – 19.848; na linha vermelha – 3.329; e, na linha verde – 6.259.

São quatro Pombus, estão pagos, não tivemos ainda apoio de ninguém.

O Senhor está convidado para consultar o tal Estudo de Mobilidade, tem tempo para isso até porque tem tempo para fazer blogs.

Temos um parque de estacionamento, gratuito, no Arnado, temos um junto ao Centro de Saúde que passa a ser gratuito se a Assembleia assim o determinar, temos de evitar o pagamento de estacionamento, mas queremos, acima de tudo, contribuir para um melhor ambiente e um menor custo de vida de todos os que trabalham na nossa Cidade.

A partir de Abril passa pagar-se um preço que está a ser estudado e, sem eleitoralismo, os alunos em idade escolar obrigatória têm transporte gratuito e as pessoas com mais de 65 anos, que também já deram o seu contributo para o desenvolvimento do Concelho, também ficam isentas do pagamento.”

Guilherme Domingues, que usou da palavra como se segue:

“ A Recomendação entregue à Mesa surge pela imposição que é feita aos Municípios Portugueses, e no caso, ao Município de Pombal, no sentido de que sejam introduzidas nas facturas da água e do lixo duas novas taxas, taxas a cobrar aos pombalenses, não por serviços prestados pelo Município de Pombal, não por serviços prestados pelo Governo português, mas para sustentar serviços do Governo.

Pretende, o Governo, que com estes Decretos-Lei que foram publicados e que têm tido, de facto, uma grande dificuldade, em termos de aplicação durante os últimos anos – um dos Decretos-Lei data de 2006 e, até agora, não teve aplicação.

Pretende-se que seja introduzida uma taxa de gestão de resíduos para financiar a Autoridade Nacional de Resíduos. Pretende-se introduzir uma taxa de controle da qualidade de água, para financiar o Instituto Regulador de Águas e Resíduos, mais conhecido por IRAR. Estas duas Instituições precisam de ser financiadas e, nada melhor, que introduzir duas taxas e ir directamente ao bolso dos contribuintes associando-se as taxas às facturas de água e do lixo.

A Associação Nacional de Municípios teve dúvidas, tem tido dúvidas ao longo de todo este processo legislativo, como o próprio Governo tem tido, e tem procurado esclarecer aquilo que não pode ser esclarecido porque “o que nasce torto, tarde ou nunca, se endireita.”.

Estas taxas nascem, sem qualquer tipo de autorização parlamentar para a sua criação, portanto, tanto uma taxa como a outra são inconstitucionais, mas isto também tem a ver com a própria atitude deste Governo que, apesar de ter uma maioria parlamentar, não

faz caso dela e cria, muitas vezes, até por despacho ou por normas interpretativas a nível interno, Leis e imposições aos portugueses.

Neste sentido, aquilo que se traz à Assembleia é uma proposta no sentido de que a Câmara Municipal de Pombal suscite a inconstitucionalidade destas normas, que o faça apoiada nos pareceres de que dispõe, designadamente, do Professor Joaquim Gomes Canotilho, e que enquanto não houver decisão, não faça o pagamento destas taxas e não as cobre aos municípios.’’

Colocada a Moção e a Recomendação a discussão, inscreveram-se os seguintes Membros:

Adelino Mendes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

‘‘A Bancada do Partido Socialista não se opõe ao conteúdo da Recomendação, que tem por objectivo a apreciação da legalidade. O Partido Socialista também acha que a legalidade deve ser, claramente evidenciada.

Entende, no entanto, que em relação a outra matéria que também foi objecto de decisão, por parte do Governo, que foi eliminar pagamentos associados a instrumentos de medição, designadamente nos contadores, devia ser objecto de igual tratamento.’’

Nascimento Lopes, cuja intervenção se transcreve:

‘‘Concordo em absoluto com a Recomendação aqui citada e aconselhava os nossos opositores a retirarem os cartazes que andam por aí espalhados, na medida em que, a partir de agora, enganam os pombalenses, já que, com estes Decretos-Lei iríamos sobrecarregar, e de que maneira, os nossos contribuintes.’’

Luís Garcia, cuja intervenção se segue:

‘‘Gostaria apenas de colocar uma questão, provavelmente, ao Dr., Guilherme que é jurista.

Causa-me alguma estranheza por que a Associação Nacional de Municípios, ‘‘chute’’ este problema para as Câmaras.

Porque é que a ANMP não assume? Não vejo em que é que tem falta de legitimidade para dirimir, em sede de justiça, a legalidade da legislação.’’

Guilherme Domingues, que informou o seguinte:

‘‘Relativamente a essa dúvida, a qual me parece claro é que a Associação Nacional de Municípios é uma associação de municípios e, nesse âmbito, a única coisa que pode fazer, é assessorar esses Municípios e conferir-lhes instrumentos no sentido de os apoiar na tomada de decisões, e é parceira no sentido e, muitas vezes, na negociação com o Governo.

Nesta questão concreta, há uma imposição directa aos Municípios e os Municípios podem, efectivamente, adoptá-la, ou não. Há Municípios que, efectivamente, já suscitaram esta questão e há outros que a não vão suscitar, porque haverá Municípios que aceitam de bom grado esta situação.

A Associação Nacional de Municípios não pode suscitar a inconstitucionalidade de uma norma que não lhe é dirigida a ela enquanto associação, a norma impõe-se aos Municípios, e só os Municípios, cada um por si, é que podem suscitar a sua inconstitucionalidade.’’

José Alves Grilo, que colocou a seguinte questão:

‘‘Dr. Guilherme, pode-me informar, por favor, com a aplicação desta nova taxa, em quanto será onerado o cidadão pombalense, a partir da aplicação desta taxa?’’

Guilherme Domingues, que respondeu como se segue:

‘‘O que posso, de facto, dizer, é que os valores em termos de taxa que seriam cobrados aos municípios, no caso do Concelho de Pombal e tendo em conta as estimativas, ou seja, os gráficos que, inclusivamente, estão juntos à informação, traduzir-se-iam num acréscimo de cerca de € 2,00 em cada factura.’’

Colocada a Moção sobre a transferência da sede da DRE Centro, de Coimbra para Aveiro, a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Nesta altura, o Membro **João Alvim** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Relativamente à Moção que foi apresentada no sentido de alterar a sede da DRE Centro, apenas votei a favor por uma questão de solidariedade para com o órgão e pelo motivo apresentado no ponto 6.

Neste momento, e utilizando os argumentos defendidos pelo Dr. Gomes Fernandes, é verdade que este estado de coisas não pode continuar. Nós não percebemos, até que ponto, é que o Estado se está a organizar ou deixar de organizar, isto independentemente das cores políticas que lá se encontram.

Neste cenário concreto, na falta de justificação lógica para uma operação destas e, acima de tudo, por uma questão de solidariedade, voto a favor.

Em circunstâncias normais, entendo que é obrigação do Estado se organizar da forma o mais eficaz e que forneça serviços o mais proximamente aos cidadãos, sem nos onerar a todos com a construção de um sector público mais pesado.”

Adelino Mendes, cuja declaração de voto se transcreve:

“Uma declaração de voto para dizer que, naturalmente, os diferentes Ministérios e os diferentes Serviços têm toda a autonomia e legitimidade para se organizarem no plano da Administração Central e no plano da Administração Regional.

Muitos de nós já defendemos, nesta Assembleia, que no contexto de uma região não deve haver uma cidade que centralize todos os Serviços e que eles devem estar distribuídos pelas diferentes Cidades da região, basta ver no caso da agricultura, em que a Direcção Regional saiu de Coimbra e foi instalada em Castelo Branco.

No entanto, atentos os aspectos indicados nesta Moção, devemos considerar que a mudança da sede de um determinado serviço não pode prejudicar de forma grave, não só a acessibilidade ao serviços, mas também as pessoas que ali trabalham e que, naturalmente, organizaram a sua vida em função do local do emprego.

É sobretudo por isso que entendemos que esta Moção faz todo o sentido.”

Colocada a Recomendação sobre as novas taxas de resíduos hídricos e de gestão de resíduos a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Nesta altura, o Membro **João Coelho** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“A partir do momento em que esta Assembleia dá parecer favorável para esta Recomendação e para que a Câmara possa colocar a acção em funcionamento, que esta Assembleia também tenha o retrocesso daquilo que aconteceu, relativamente a esta Recomendação.”

Continuando as intervenções na generalidade, o Membro **Adelino Mendes**, usou da palavra para dizer o seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, queria referir que os elementos que utilizei na minha intervenção, em relação ao Go Shopping, se encontram nas seguintes páginas do Estudo de Impacte Ambiental:

- *A área de implantação, na página 5;*
- *A referência ao hotel encontra-se na planta dos equipamentos a construir, que constam da página 7, bem como todas as áreas do equipamento comercial a construir;*
- *A referência à gasolinera, encontra-se na página 9 do Estudo de Impacte Ambiental, multiusos/gasolinera – 3.300 m²;*
- *A referência ao assoreamento consta da página 13, “Os impactos na fase de construção, em termos de intervenções directas em linhas de água, relacionam-se*

com o movimento de terras na área do empreendimento, com o eventual assoreamento da área do ribeiro e dos troços a jusante, nomeadamente, no troço que atravessa a Cidade de Pombal.”; e,

- *Em relação ao impacto visual diz o seguinte: “A sua elevada volumetria, quer em termos de área ocupada, quer em termos de altura, irá provocar uma significativa intrusão visual, degradando a actual paisagem envolvente ao Castelo de Pombal, tornando a presença neste, na paisagem, mais insignificante.”*

É o que consta do Estudo de Impacte Ambiental, e queria concluir dizendo que as questões que foram levantadas pelo Partido Socialista foram relativas à localização deste empreendimento, não havendo uma oposição à instalação do empreendimento numa área que não viole o PDM e que não tenha este tipo de impactos negativos.

O segundo esclarecimento é para dizer que em sistemáticas intervenções nesta Assembleia Municipal, eu próprio e o Partido Socialista, defendemos a criação dos transportes públicos urbanos, em dezenas de circunstâncias e de intervenções e, naturalmente, na minha qualidade de Presidente da Concelhia do Partido Socialista, queria reiterar tudo o que dissemos, no passado, sobre esta matéria.”

José Alves Grilo, que pediu a palavra para exercer o direito de resposta, como se segue: *“Quero responder ao Dr. Fernando Carolino, a propósito da segurança e dar-lhe os meus parabéns pela preocupação que ele manifestou trazendo a esta Assembleia a segurança da nossa terra, mas quero deixar uma palavra de tranquilidade a todos os pombalenses e a todos aqueles que nos ouvem.*

Dizer que o principal responsável pela segurança, neste caso concreto, o Senhor Comissário da PSP, Manuel Santos, garante, hoje, na Comunicação Social, que Pombal é uma terra segura. Divide as alterações a que nós temos assistido em dois tipos: o vandalismo e os assaltos. O vandalismo associado a todo um processo de cultura, os assaltos e são esses que nos preocupam sobremaneira, não me admiro nada que estejam a subir.

Todos os sociólogos sabem que os assaltos estão ligados, em primeiro lugar, ao desemprego, e o desemprego grassa na nossa terra.

Frisar também as palavras de optimismo e de preocupação do senhor Presidente da Câmara que, publicamente, veio pedir à PSP que reforçasse a segurança, que reforçasse a nossa vigilância.

Por um lado temos o Comissário da PSP a dizer que é seguro, por outro lado temos o Senhor Presidente da Câmara preocupado.

Finalmente, uma mensagem para o Governo. Por favor, não deixem a segurança desta terra abandonada, não mobilizem os polícias todos para Lisboa e para o Porto.”

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu, colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão não houve qualquer intervenção pelo que se passou, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Medidas de Combate à Recessão.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes Membros da Assembleia:

Adelino Mendes, que fez a intervenção abaixo:

“A recessão é internacional, nacional e local. Ela é abrangente em relação às famílias e às empresas e esta é uma realidade incontornável, é uma realidade para a qual não é fácil encontrar respostas e, por isso, são precisos contributos de todos.

Todos temos consciência que ultrapassar a recessão só será possível com a retoma da economia, com o crescimento económico.

Queria também dizer que, como o Partido Socialista afirmou, no momento em que a Câmara Municipal apresentou estas medidas de combate à recessão, entendemos que as políticas municipais têm agravado as condições de vida das famílias e dificultado a actividade das empresas, no Concelho de Pombal.

Entendemos que as políticas da Câmara agravam a situação de recessão económica, em que começamos a viver fruto desta crise financeira internacional e dar os exemplos das medidas que foram tomadas pela Câmara, no passado, e que nos parecem erradas, designadamente as taxas máximas ou próximas do máximo, praticadas nos impostos municipais, no IMI, no IMT e na Derrama e também na participação variável no IRS.

Todos sabemos que a receita proveniente de impostos municipais, nos últimos dois anos, aumentou 80% e o Partido Socialista disse, nesta Assembleia, que considerava errada esta política de impostos.

Hoje, agravadas pela recessão e pela crise financeira internacional, assistimos a especiais dificuldades no sector da construção civil, que é o sector mais importante do Concelho, em termos de número de empresas e de criação de emprego. A reforma da tributação do património, a sua aplicação no nosso Concelho, também contribuiu para isso, não só pelas taxas aplicadas, mas também pelos zonamentos que agravam o valor patrimonial dos imóveis.

Por outro lado, as elevadas tarifas aplicadas no abastecimento de água, nos resíduos e no saneamento, que determinam, segundo um estudo divulgado do Instituto Regulador da Água e dos Resíduos, que a factura paga pelos pombalenses seja das mais caras do Distrito de Leiria, também agrava esta situação, a par de outras medidas como o exagero da criação de zonas de estacionamento de Duração limitada, algumas delas com reduzidíssimas taxas de ocupação, e também, como o meu colega de Bancada, João Coelho, aqui apresentou no período de antes da ordem do dia, a aplicação de regras próprias na atribuição de subsídios ao 1.º ciclo que, não seguindo os escalões do abono de família, também afasta da acção social escolar algumas centenas de alunos.

Como o Partido Socialista sempre afirmou, as políticas municipais não se esgotam na realização de investimento, elas produzem opções em termos de cobrança de receita e de realização de despesa e interfere com a situação económica das famílias e das empresas. Entendemos que a Câmara Municipal de Pombal demorou muito tempo a compreender o impacto que algumas políticas municipais para a vida das famílias e das empresas.

Em relação às medidas de combate à recessão que são hoje votadas, nesta Assembleia Municipal, o Partido Socialista entende que elas não respondem ao essencial e que existia folga orçamental para se ir mais além, aliás, gostaríamos de conhecer, se é que ele existe, o estudo do impacte financeiro de implementação destas medidas que foram apresentadas, porque aquilo que nos parece, a partir da análise dessas medidas, é que o impacto orçamental é desprezível em termos da execução orçamental, e explico porquê.

- *De que serve não aumentar os preços da água, dos resíduos ou do saneamento, quando eles são já dos mais elevados do Distrito de Leiria?*
- *De que serve dizer que não são aumentados, mesmo tendo em conta a inflação prevista, quando, como sabemos, a taxa de inflação prevista é extremamente reduzida?*
- *De que serve não aumentar as taxas de urbanização, quando elas são das mais elevadas da região?*
- *Qual é o alcance de isentar do pagamento de transportes urbanos os alunos de escolaridade obrigatória, quando esses alunos têm direito ao transporte escolar gratuito, por um lado, e por outro lado, quando esse benefício tem sido estendido a todos os municípios que utilizam esses transportes urbanos?*
- *Qual é o alcance de fornecer os livros escolares ao 1.º ciclo, quando muitos desses alunos têm já direito a esse apoio social por beneficiarem de acção social escolar?*

O Partido Socialista entende, portanto, que para além destas medidas são necessárias outras, no âmbito económico e no âmbito social, tendo em vista estimular a actividade económica e o emprego e reforçar o apoio às famílias.

Entendemos também que, como esta crise atinge, principalmente, quem perde o emprego, e sabemos que há famílias cujo rendimento disponível aumenta fruto da diminuição das taxas de juro e da inflação, o Partido Socialista entende que as medidas de apoio social devem estar direccionadas para quem delas, realmente, precisa.

É por isso que queremos, de uma forma muito sintética, apresentar também, um conjunto de outras medidas que, do ponto de vista do Partido Socialista, são importantes para estimular a economia, o emprego e o apoio às famílias.

- *Em primeiro lugar, como temos vindo a defender ao longo dos anos, a redução significativa dos impostos municipais;*
- *Em segundo lugar, a criação de incentivos à instalação de empresas tecnológicas e do sector das energias renováveis, uma vez que é um sector considerado estratégico, por parte do Governo, que vai ter apoios específicos;*
- *Em terceiro lugar, incentivos fiscais às empresas, nomeadamente, períodos de isenção dos impostos municipais, mediante a realização de investimentos relevantes em 2009, que sejam reconhecidos por esta Assembleia;*
- *Em quarto lugar, o reforço significativo do apoio municipal à construção dos equipamentos sociais no Concelho, aos lares, às creches e aos centros de dia, de modo a antecipar a entrada em funcionamento destas novas respostas sociais, uma vez que elas para além do apoio social directo contribuem para a criação de postos de trabalho e são uma outra fonte de emprego no nosso Concelho;*
- *Em quinto lugar, a aplicação dos novos escalões de acção social escolar no 1.º Ciclo, sem prejuízo da avaliação de situações específicas, por parte do Município, o alargamento da acção social escolar, nomeadamente, das refeições, aos estudantes cujos pais ficaram desempregados ao longo do ano lectivo e cuja situação económica o justifique;*
- *Em sexto lugar, a isenção do pagamento de tarifas municipais para agregados familiares cuja situação económica se degradou severamente devido ao desemprego;*
- *Em sétimo lugar, a participação do Município nos programas de estágios e de apoio à contratação do Instituto de Emprego e Formação Profissional;*
- *Por último, o Partido Socialista defende a criação de um Fundo de Emergência Social de âmbito Municipal, da responsabilidade do Município, em parceria com as Juntas de freguesia, IPSS's e organizações não governamentais, para apoiar situações de degradação social grave, designadamente, idosos isolados ou*

abandonados, crianças e jovens em risco, famílias desestruturadas, pobreza envergonhada e exclusão social.

Este Fundo destinar-se-á a apoiar a aquisição de bens de 1.ª necessidade, despesas de saúde e frequência da escolaridade, por parte das crianças, bem como a garantir as condições mínimas de habitação.

Este Fundo obriga, do nosso ponto de vista também, a que os Serviços de Acção Social do Município sejam reforçados com a contratação de mais técnicos, no sentido de avaliar, com todo o rigor, as situações de necessidade e os apoios que deverão ser concedidos em cada uma das situações específicas.

Entendemos, como já aqui foi dito, que neste período de dificuldades, as medidas devem ser direccionadas para quem delas mais necessita e com a racionalização dos recursos, com a racionalização da despesa municipal para fazer face a este encargo.’’

Pedro Pimpão, cuja intervenção se segue:

‘‘Prometo ser um pouco mais breve do que o meu antecessor.

Em primeiro lugar, contextualizar aqui a discussão.

Falamos em medidas para combate à recessão. Foi aqui introduzido, pelo Dr. Adelino Mendes, que a recessão é internacional e tem repercussões a nível nacional, depois a nível local e, aquilo a que assistimos é que quando falamos temos que ser um pouco responsáveis nas afirmações que fazemos.

Quando se fala na importância estratégica que tem o sector da construção civil, nomeadamente para o nosso Concelho, temos que aferir o que foi feito em termos nacionais para apoiar este mesmo sector, e o que foi feito, muito simplesmente, foi um plano de pagamento das dívidas do Estado aos seus fornecedores e empreiteiros.

O pagamento destas dívidas devia ser feito para introduzir liquidez e o que é que aconteceu, até à data? As empresas não receberam os montantes a que tinham direito e o Estado incumpriu as suas obrigações, o que faz com que, desde logo, a economia fique inquinada e com falta de liquidez.

O Governo tem alguma responsabilidade directa no fomento da própria actividade empresarial, nomeadamente, na área da construção civil.

Depois analisamos, e não tinha conhecimento destas propostas do Partido Socialista, porque poucas propostas tem trazido a esta sede e ainda bem que o faz, e as propostas baseiam-se em redução dos impostos e alívio da carga fiscal.

Se formos aos impostos, temos que falar da carga fiscal que cai sobre cada um dos portugueses já que, face a 2004, existe um aumento de 2,6% sobre cada um dos portugueses. O que é que o Governo diz sobre isso? Não podemos baixar os impostos. O mesmo Governo que prometeu não alterar os impostos e assim que tomou posse fez questão de aumentar a carga fiscal, mais, o esforço fiscal sobre cada um dos portugueses relativamente à média europeia dos 27 diz-nos que, de 2004 a 2009, a diferença aumentou 8,4% o esforço fiscal dos portugueses comparativamente a cada um dos habitantes da união europeia. Face a isto o que é que o nosso Governo diz? Nada. Face a isto não há nenhuma alteração na carga fiscal que recai sobre os portugueses.

Não era isto que eu queria dizer mas teve que ser em virtude da intervenção do Dr. Adelino Mendes.

Nós, enquanto responsáveis políticos devíamos dizer ao Presidente da Câmara e à Vereação: Vão no caminho certo, porque sejam poucas, sejam algumas ineficazes, tenham algumas mais importância que outras, são medidas de combate à recessão, são medidas de apoio às pessoas que estão lá fora e que confiam em nós o seu mandato.

Nós, nesta sede, devíamos dizer: Vou votar a favor estas medidas, mas proponho ainda mais esta, esta e aquela. Era isto que devia ser feito nesta sede, não era fazer política do

ponto de vista destrutivo, porque isso não beneficia a nossa democracia e o exercício das nossas funções.”

Adelino Malho, que fez a intervenção seguinte:

“Senhor Presidente, nós não estamos totalmente contra o pacote de medidas do Executivo, questionamos algumas delas ao nível da sua eficácia e achamos que o Executivo devia ir mais longe.

Ao nível da forma e da filosofia com que o Executivo tratou as consequências da crise não nos parece a forma mais correcta, porque, como disse o meu colega Adelino Mendes, esta crise tem particularidades, e toca, essencialmente, ou quase exclusivamente ao nível das famílias, as pessoas que estão ou vão ficar desempregadas e é para essas pessoas que temos que dirigir as medidas e não à população em geral, porque as pessoas, neste momento de crise, têm mais rendimento do que tinham há um ano atrás.

Faz sentido, dirigir o apoio da Câmara às pessoas verdadeiramente necessitadas, porque a lista é muito mais eficaz e não sobrecarrega tanto o orçamento da Câmara e, a esse nível, algo deve mudar na forma como estão a ser abordadas as consequências da crise e nós trouxemos, aqui, um contributo importante para melhorar o ataque a essas consequências.”

José Gomes Fernandes, cuja intervenção se transcreve:

“No seguimento daquilo que disse há pouco, não posso, agora, deixar de manifestar a minha estranheza por verificar que o Partido Socialista consegue ser ‘mais papista que o Papa’. Se o Executivo apresenta medidas para combate à crise, o Partido Socialista diz que é pouco, quer mais.

Queria lembrar que isto é pago por alguém, estas coisas são pagas. Quando anunciamos pomposamente medidas, esquecemo-nos de dizer quanto é que vamos gastar e quem é que vai pagar, e eu pergunto: Quem é que vai pagar? Quem é que vai receber? Quem é que vai beneficiar? Essa é a questão essencial.

Hoje em dia, não são as pessoas que vivem do rendimento mínimo garantido, nem são algumas pessoas que vivem do subsídio de desemprego, que precisam que sejam tratadas estas questões. São aquelas que não conseguem pagar a dívida ao banco, que não conseguem pagar o aval e a fiança ao banco, da gerência que fazem algumas empresas que estão em insolvência, mas essas têm vergonha de pedir e vão para o estrangeiro, deixam de produzir e deixam de pagar impostos.

O Estado criou um monstro e depois criou monstros nos Municípios, e esses monstros têm que ser alimentados com impostos e cada vez mais impostos, e as pessoas não têm capacidade para pagar. Ainda ninguém se questionou se, de facto, existe capacidade para pagar esses impostos dos contribuintes.

Há que reduzir a despesa do Estado e dos Municípios. Eu proponho uma medida concreta, não precisamos de tantos Vereadores a tempo inteiro, reduzimos o número de Vereadores. É uma medida que vai dar o exemplo às empresas privadas que dizem: “Sim Senhor, a Câmara está a dar um bom exemplo, está a poupar nos políticos que nós pagamos.”

Os contribuintes precisam de medidas concretas, de políticas gerais.

Quero lembrar o seguinte: Todos os dias esbarro com pessoas que estão com as empresas a falir, ou em insolvência, sem capacidade, em que os Bancos vêm apelar sobre os avalistas e sobre os fiadores.

As pessoas não têm dinheiro, portanto, a única medida concreta, porque todos os dias convivo com a miséria e com a desgraça das pessoas, é reduzir as despesas do sector público, é cobrar menos impostos.

Foram os Municípios que promoveram as urbanizações que agora estão ao abandono, não se constrói, até porque já há habitações em demasia, era tudo progresso, e as pessoas não aguentam pagar as taxas.

Vamos ser honestos e vamos reflectir sobre o que queremos e o que nós, políticos, estamos a fazer. Se calhar os políticos precisam de ganhar menos, se calhar precisam de haver menos políticos, menos Membros da Assembleia Municipal, menos Membros da Assembleia da República, não são precisos tantos Deputados, essa é a grande questão que temos de colocar e o Município de Pombal também deve colocar estas questões todas.

Há aqui medidas que, se calhar implicam alteração, como por exemplo nas taxas, alteração ao Regulamento relativamente às isenções. Quanto aos livros acho demasiado demagógico e não vou votar a favor e, portanto, tenho que votar contra em tudo.

São precisas medidas, de facto, mas medidas bem estruturadas, de âmbito geral, e que não impliquem a alteração de alguns Regulamentos.”

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia**, disse o seguinte:

“Esta é uma matéria muito interessante e, realmente, a sociedade civil debate-se muito com estas questões.

Eu gostava apenas de fazer um comentário de interlúdio.

Em termos de economia dizia, há tempos, alguém importante, que prognósticos só no final do jogo, o problema é que havia gente que tinha obrigação de ter percebido, há muito tempo, os sinais da crise e não o percebeu, ou não o quis perceber.

Nós estamos, hoje, a especular sobre coisas que grandes responsáveis, no nosso País e no estrangeiro, sabiam há muito tempo e esconderam das pessoas, não dando sinais de alerta para que as pessoas se mobilizassem e se preparassem para enfrentar esta crise de forma diferente.

Lamentavelmente, nós estamos a “chover um bocadinho no molhado” uns com os outros. De qualquer forma isto é apenas uma lição para todos nós e para o futuro.”

José Alves Grilo, que usou da palavra como se segue:

“Antes de mais congratular-me com a chamada de atenção, a esta Assembleia, do Senhor Eng.º Adelino Malho, na preocupação com os desempregados.

Os desempregados, no Concelho de Pombal, já vão em 1384, foi assim determinado nos finais de Janeiro, e o desemprego, em todo o Distrito de Leiria era, no final de Novembro, de 15.000 desempregados.

É para os desempregados, sobretudo, como alguém já disse nas comunicações anteriores, que se dirigem estas medidas que o Senhor Presidente da Câmara traz a esta Assembleia e que o seu Executivo aprovou. É o combate à recessão, diria mesmo o combate aos desfavorecidos, aos que estão no limiar da pobreza, porque estamos a caminho da recessão, segundo as palavras do Primeiro Ministro, em 5 de Janeiro, num canal de televisão.

Será que estamos mesmo em recessão ou estamos apenas em estagnação económica? Tecnicamente, recessão é uma coisa um bocado mais pesada, e é necessário que passem dois trimestres sempre com queda do PIB para podermos afirmar, recessão, porque recessão tem outras repercussões, mesmo a nível internacional, e junto dos Países de quem somos parceiros.

Agora, são os desempregados, é a recessão, são os desfavorecidos, e nós andamos aqui como cidadãos responsáveis e amigos da solidariedade e, porque somos sensíveis aos problemas dos nossos concidadãos, resolvemos vir para estes lugares.

Preocupa-nos uma coisa para a qual quero chamar a atenção. A Lei n.º 53-B/2006, uma Lei que a Segurança Social aplica, neste momento, e que retira dinheiro ao subsídio social de desemprego e do próprio subsídio de desemprego. Esta Lei fez, pura e

simplesmente o seguinte: Fez transformar o Regime Mensal Mínimo Garantido que estava a ser legislado, para o ano 2008 decorreu com € 426,00 mensais; no ano 2009, afirmou o Governo com pompa e circunstância, em plena rampa de eleitoralismo que esse Regime Mensal Mínimo Garantido iria subir para € 450,00, mas a Segurança Social aplica esta Lei. É legal a aplicação desta Lei? Os juristas não se entendem.

Há uma conclusão que eu posso tirar disto tudo. Um desempregado com um subsídio equivalente a um salário mínimo está a receber, neste momento, depois desta Lei, menos € 30,00 mensais. É este o combate e o apoio aos desfavorecidos.’’

João Alvim, que fez a intervenção abaixo:

“Começo por dizer que discordo, respeitosamente, do que afirmou, embora concorde com o conteúdo, no entanto, eu penso que o grande erro foi não “chover no molhado” durante este tempo todo.

O grande problema, e coisas que já ouvi aqui, hoje, concordando com algumas, discordando de outras, é exactamente a característica, perfeitamente peregrina, e que começa a alcançar raios de imbecilidade do consenso a toda a força.

Não tenho uma idade assim tão avançada que me permita analisar os últimos 34 anos da democracia portuguesa com profundidade, é um facto, o que é certo é que, vendo os livros de História, falando com pessoas, se chega a uma conclusão: Só há duas posturas possíveis na política portuguesa, ou o consenso unanimista, em que quem está contra o consenso, imediatamente se vê num jogo de futebol a discutir um Sporting – Benfica, ou um Benfica – Porto, é isto que se passa, são argumentos de claques. Todos nós, independentemente do que, efectivamente, pensamos em relação ao assunto concreto, somos sempre rotulados por aquilo que o nosso Partido, a organização a que nós pertencemos diz, que é uma coisa francamente inaceitável.

Depois, temos o caso do plano local e do plano nacional. Mudamos tranquilamente de opinião, consoante é a nossa cor que está no plano local, ou a nossa cor que está no plano nacional.

Eu, como não preciso da política, gabo-me de ser uma pessoa independente no meu pensamento, dispenso toda e qualquer ligação a esse tipo de comportamento que se diga, em abono da verdade, em tempos difíceis é que vemos qual é a fibra dos nossos políticos, a fibra dos nossos cidadãos, a capacidade que temos de fazer alguma coisa diferente. O que é certo é que a forma como fazemos política transformada num mero jogo de palavras e de claques de futebol, não resulta.

Vamos falar das Medidas. Há medidas que são ineficazes, há medidas boas.

Agora, e basta tentar ligar os pontos do plano local ao nacional, isenção de taxas para quem quer construir casa? Não está à vista de toda a gente que um dos grandes erros económicos portugueses foi não apostar no mercado de arrendamento? Vamos incentivar a que as pessoas continuem a construir casa? Que dependam de créditos ao Banco? Falta fazer a ligação de todos os pontos.

Há situações em que este Governo age mal, não tenho problemas nenhuns em dizê-lo. Há situações em que a Câmara Municipal de Pombal não ouve, se comporta de forma autista, acha que os seus remédios são os únicos aceitáveis e, no entanto, aqui, muitas vezes, temo-nos demitido de apresentar propostas concretas – culpa minha, também, ao longo destes quatro anos – temo-nos demitido todos, como muito bem disse o Dr. Gomes Fernandes, de fiscalizar, é para isso que estamos eleitos, se não, qualquer dia, nem sequer é necessária Assembleia Municipal, para quê? Se eu chegar aqui e votar a favor? Não podemos questionar? Não temos direito de pedir esclarecimentos em relação a determinados assuntos?

Indo directo ao assunto, que também a política se perde, muitas vezes, com excessivos considerandos.

As medidas em causa, e em relação às medidas que são apresentadas pela Câmara, seria completamente demagógico querer desligar estas medidas do cenário internacional e do cenário nacional que se vive.

Há erros a apontar, mas falta uma coisa, - e permita-me Dr. Gomes Fernandes, mais uma vez, de agarrar nas suas palavras – falta, efectivamente, menos imposto, menos Estado e melhor Estado, mais eficaz e, acima de tudo, responsabilização aos políticos que, hoje, continuam a tomar medidas, e é isto que me assusta, que, a longo prazo, não estão minimamente pensadas, sejam obras públicas que não percebemos para o que servem, outras servirão, seguramente, sejam pequenas medidas que, na prática, e permitam-me o parêntesis, aqui, disse-o a propósito da discussão dos impostos, que existe a participação variável no IRS, por que não baixar a participação variável no IRS? Por que não dar esse sinal?

A Câmara Municipal optou - legitimamente tem maioria e pode fazer com ela o que bem entender – que tal não era possível.

Uma coisa é certa, isto começa com menos custos e começa com responsabilização. Nesse sentido há discussão, e mais uma vez permitam-me, está claramente na altura de discutir e não ter vergonha de assumir que há divergências, não só dentro dos Partidos como, naturalmente, entre as Bancadas.

O nosso maior crime perante o futuro é, realmente, calarmo-nos, e eu não tenciono voltar a fazer isso.”

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia**, disse o seguinte:

“Eu sinto-me na obrigação de dar apenas uma breve nota. Eu acho que o Dr. João Alvim não percebeu, talvez, aquilo que eu disse. Nós estamos a “chover um bocadinho no molhado” porque estamos a pisar, todos, um assunto, com diferenças de opinião dos dois lados. A diferença é um direito que assiste à Assembleia, mas estamos a bater na mesma tecla. É preciso sermos objectivos.

Eu sou a favor dos consensos. Os consensos não significam unanimismo, significam cedência de parte a parte, chegar a qualquer lado com cedências e, quando se trata de política nacional ou de política autárquica, todos nós gostaríamos de conseguir procurar aquilo que é capaz de nos unir, para enfrentar a crise e manter, com certeza, as diferenças porque há coisas que não vemos todos da mesma forma, mas têm que haver consensos e opiniões de ambas as Bancadas, é uma forma de participar.”

Rodrigues Marques, que interveio como se segue:

“Dr. Adelino Mendes, é bom que se diga que o Município de Pombal foi dos primeiros a discutir esta questão de não tirar e vou, muito rapidamente, provar-lhe qual é a diferença. Estas propostas que foram discutidas com os parceiros, têm como fim não tirar. Se o Governo fizesse a mesma coisa, equivaleria a dizer, baixar os impostos, baixar tudo o que fosse possível baixar, mas ele não faz isso, ele tira para depois dar aos amigos.

A Câmara Municipal entendeu que deveria fazer o contrário, ou seja, não tirar.

Eu não tenho nada contra o sector financeiro, agora, não consigo entender como é que um Estado que é um agiota cobra 3% para dar o aval para os Bancos portugueses irem ao estrangeiro buscar dinheiro. Esses 3% têm que ser os clientes a pagá-los, o Governo não entendeu isto.

Eu, e muitos que estão nesta sala, já demos aval em letras e em empréstimos, e nunca levou um cêntimo a ninguém, mas o Governo leva 3% aos Bancos.

Estes milhões que o Senhor Ministro da Economia e outros, andam a dizer que é para a Tesouraria, é para a Educação, é para a Exportação, Dr. Adelino Mendes, fique V. Ex.^a a saber que nós vamos ao banco pedir um empréstimo destes, que a única coisa que tem

é o abaixamento da taxa de juro mas que paga mesmo depósito, e é significativo, se existir uma garantia mútua.

Por outro lado, o que cabe, neste momento, no discurso é, e ao Dr. Adelino Mendes ou a um dos seus companheiros, fugiu-lhe a boca para a verdade, é o emprego social. Neste momento, a única porta, a janelinha que vê para criar emprego, é através das IPSS's e, se calhar, não está a ter razão. O Senhor está longe, está em Lisboa, mas fique V. Ex.^a a saber que os lares das nossas Freguesias estão preparados para fornecer refeições e estão a fornecê-las a preços políticos, porque as pessoas já não têm dinheiro para comer. Peço-lhe, por amor de Deus, que vá para Lisboa e diga a essa gente, que está no Terreiro do Paço e arredores, que os lares, no Concelho de Pombal, estão a fornecer refeições à classe média para as pessoas não morrerem de fome.

É disto que estamos a tratar, Dr. Adelino Mendes.''

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

''Já facultei os mapas que o Sr. Eng.^o Costa me forneceu, há pouco tempo, sobre o custo de água de 0 a 20m³ e que 94% dos consumidores gastam menos de 20 m³. O aumento da água foi em 2007, em 2008 e em 2009 não houve aumentos e perspectivamos que em 2010 também não a vamos aumentar.

Só há uma Câmara que tem o custo mais baixo que o nosso, em 20 m³, é a Marinha Grande que tem as freguesias todas concentradas.

O Governo reduziu a Derrama e nós vamos receber menos de metade do que recebemos no ano passado, está a passar cada vez mais competências para os Municípios sem as respectivas contrapartidas financeiras.

Não nos podemos esquecer que há muitos Municípios que, há 5 ou 10 anos, não pagam ao monopólio estadista das Águas de Portugal e a Empresas de Ambiente taxas de saneamento, tal como a Nazaré e outros Concelhos do Oeste, ninguém paga.

Devo dizer que estamos a fazer um estudo, no âmbito da AMLEI, para uniformizar, no contexto da região em que estamos inseridos, as taxas de licenciamentos e de urbanizações, porque há uma disparidade muito grande, de Concelho para Concelho.

Nós somos cumpridores. Nós pagamos a recolha e o tratamento do lixo. Começámos a pagar cada tonelada a € 12,00 e agora estamos a pagar € 36,00 por tonelada.

A Lei das Finanças Locais impõe que equilibremos o custo ao benefício, foi feita à revelia da Associação Nacional de Municípios e alterou todo o nosso planeamento e favorece só as capitais de Distrito e os Concelhos ricos.

A legislação sobre o turismo, disse-me hoje o Presidente de Leiria, vai reduzir as verbas do nosso Distrito para metade, porque o dinheiro vai todo para Lisboa, Porto e Algarve.

O que é que o Governo está a fazer? Está a encerrar escolas, está a deixar centenas de milhar de jovens formados no desemprego, porque está a protelar a idade das reformas, está a afectar a nossa economia e não vêem nada disso.

Mas também sabemos, e digo-o aqui, que o Primeiro Ministro, quando era Ministro do Ambiente, permitiu que as Águas de Portugal fossem ao Brasil e a Cabo Verde e que em 3 ou 4 anos se perdessem lá 100 milhões de euros, 20 milhões de contos, e não se responsabiliza ninguém.

Eu tenho vindo a aferir os parâmetros, de acordo com a Lei das Finanças Locais, agora em vigor, para que o zonamento seja corrigido para nenhum prédio, em Pombal, ser avaliado por um valor superior a 80% do valor real, que era o que acontecia na antiga Lei. A legislação é incompetente, é teórica, é legislação em quantidade mas contraproducente.''

Nesta altura o Membro da Assembleia **Fernando Carolino** pediu a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quais as fontes em que foram baseados os mapas sobre o preço da água.

O **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para dizer que o assunto em debate é a proposta de Medidas de Combate à Recessão e lamentar que se esteja a fazer uma campanha política sobre os preços da água, de parte a parte, quando isso pode ser esclarecido nos Serviços Técnicos de qualquer Câmara Municipal.

Disse que se está a gastar tempo com coisas destas e achar que esta discussão é improdutiva, quer de um lado quer do outro, porque os custos por m³ do Concelho de Pombal, Marinha Grande, Leiria, etc., podem ser obtidos porque estão publicitados oficialmente e escalão a escalão.

Adelino Malho, que disse o seguinte:

“Eu concordo que perdemos muito tempo com esta discussão e já está deslocada do tema que estamos a discutir e que é mais importante do que isto.

A questão é a seguinte: Isto demonstra que nós aqui, nesta Assembleia, não conseguimos discutir nada com seriedade.

Sobre esta questão da água, em várias Assembleias e na última, nomeadamente, foi amplamente discutida.

Eu, para fundamentar os meus argumentos, entreguei à Mesa e à pessoa que o substituiu, um estudo de uma entidade independente sobre o preço pago pela factura da água, e a pessoa que o substituiu nem sequer permitiu que esse estudo fosse distribuído nesta Assembleia e, agora, distribuem-nos uns mapas que são diferentes dos que o Senhor Presidente tem.”

Colocada a proposta de Medidas de Combate à Recessão a votação, foi a mesma aprovada por maioria com um voto contra e cinco abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3- Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Associação Internacional das Cidades Educadoras – Adesão.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta de adesão, a qual foi distribuída previamente por todos os Membros da Assembleia, a discussão, não se tendo verificado nenhuma inscrição.

Colocada a Adesão do Município à Associação Internacional das Cidades Educadoras a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal – Alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito, para usar da palavra, os Membros:

Adelino Mendes, cuja intervenção se segue:

“Em relação a esta alteração ao Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, o Partido Socialista queria dizer que esta medida peca, sobretudo, por ser uma medida tardia.

O Partido Socialista, há muito tempo que alertou para o exagero das zonas de estacionamento de duração limitada, há vários meses que desafiou a Câmara a terminar com o estacionamento pago no Parque junto ao Centro de Saúde, atentas as taxas de ocupação e, de facto, o Executivo não ouviu essa sugestão e essa proposta do PS.

Por outro lado, os motivos que justificam esta medida são um pouco contraditórios com a decisão, porque foram apresentados, grosso modo, três motivos para justificar a medida.

Primeiro motivo: A melhoria do parque de estacionamento não pago, junto ao Arnado, bom. Mas este parque de estacionamento já existia enquanto o parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde, era pago;

Segunda medida: A implementação dos transportes urbanos. Os transportes urbanos existem para diminuir a utilização de automóvel individual, portanto não se percebe a relação de causa/efeito entre uma coisa e outra;

Terceira medida: O anúncio de uma nova intenção de construir um parque de estacionamento subterrâneo, presume-se que pago, no mesmo local. Ora, se o parque de estacionamento, à superfície pago, não tinha utentes, tem o Município a expectativa de que se ele for subterrâneo tenha utentes?

Não se percebem, de facto, as razões que foram invocadas para esta medida, mas o Partido Socialista queria dizer que concorda com a medida, acha que esta medida é positiva, defende-a há muito tempo, e acha ainda que devem ser criados mais parques de estacionamento não pago, na Cidade de Pombal.

Uma segunda nota muito breve, Senhor Presidente, porque estamos a alterar o Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. Devíamos aproveitar esta oportunidade para corrigir a ilegalidade de que enferma este Regulamento e que se relaciona com o pagamento voluntário.

O Partido Socialista já se pronunciou sobre isto. Já explicámos abundantemente que quer seja entendido que o pagamento voluntário da coima é uma situação ilegal, quer seja entendido que se trata do pagamento voluntário da taxa, que também não tem enquadramento legal, e nós temos que corrigir este problema no nosso Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

Recentemente, o Director da Empresa Municipal Pombal Viva, invocou como razão para o incumprimento da Lei, o alívio dos encargos para os infractores e a subtracção de receita ao Estado. Parece uma atitude muito preocupada, uma atitude de Robin dos Bosques, mas não é, foi, durante muitos anos, uma atitude de Sheriff de Nottingham, porque, de facto, a Pombal Viva, era directamente beneficiária deste expediente do pagamento voluntário dos € 15,00, porque tinha mais receita do que aquela que teria se fosse levantado o auto de contra-ordenação.

Eu queria dizer que, mesmo este argumento, desapareceu, porque, fruto da publicação do Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de Outubro, a participação das polícias municipais e das empresas municipais no produto das coimas, passou de 30% para 55%, o que significa que o cumprimento da Lei, mesmo do ponto de vista do encaixe de receita, não traz qualquer desvantagem para o Município e, portanto, é fundamental que esta alteração seja introduzida. “

Nascimento Lopes, que interveio da seguinte forma:

“Senhor Presidente, vai-me permitir que recue um pouco e que diga, olhos nos olhos, ao Sr. Eng.º Adelino Malho, que não gostei da palavra retrógrado. Posso ter 65 anos, tenho,

mas há uma coisa que eu lhe garanto, retrógrado, não. Sei muito bem aquilo que quero, aquilo que faço e para onde vou. Talvez o Senhor, com a sua idade, não seja capaz de fazer tal qual aquilo que eu pretendo e sei fazer. Não podia passar, obviamente.

Relativamente ao parque, à isenção de pagamento, é óbvio que vale mais tarde do que nunca e ainda bem que a Câmara optou por essa situação. Eu congratulo-me pelo facto, entendo que aquele parque não estava a ser aproveitado e, agora, podem pensar que as pessoas estacionam lá de manhã e saem à noite, no entanto, hoje, o parque está repleto de automóveis, e ainda bem, é sinal evidente que as pessoas necessitam de parque para estacionamento.

Acho que a Câmara procedeu excelentemente ao isentar aquele Parque de estacionamento.”

João Alvim, que fez a intervenção seguinte:

“Abstenho-me de fazer mais considerações, até porque concordo, na íntegra, com o que foi dito pelo meu colega de Bancada, Adelino Mendes, no entanto gostaria de chamar a atenção para uma questão.

É proposta a eliminação da referência ao estacionamento anexo ao Centro de Saúde, na alínea a) do n.º 2, no entanto, não se refere em lado nenhum, que se vai eliminar as referências que aqui estão em relação ao Centro de Saúde.

Se a ideia é eliminar o pagamento, também lugares de residentes e outros, penso que sejam para eliminar e, para evitar que, de facto, fiquem situações de legalidade ou de formalidade duvidosa, eu pretendia ser esclarecido se, de facto, é apenas a eliminação da alínea a) do n.º 2, se de todas as referências ao estacionamento junto ao Centro de Saúde.

Apenas para reforçar que, tal como quando foi levantada esta questão da legalidade do pagamento, ou não, as Bancadas do Partido Socialista foram acusadas de não terem dito nada em sitio próprio e, como tal, associarem-se à validade deste Regulamento.

Por não concordar, pelos motivos jurídicos, é de lei, ninguém pode inventar um outro regime para o direito Administrativo assim, não vou votar favoravelmente, embora louve a ideia de tornar gratuito o parque de estacionamento.”

Anselmo Vivas, cuja intervenção se transcreve:

“Relativamente a este Regulamento, mais uma vez, e já o foi publicamente suscitado pelo PS, relativamente à legalidade da taxa de pagamento voluntário.

Eu fazia, aqui, apenas uma recomendação à Bancada do partido Socialista, que já o publicou em out doors, etc., que, se tem dúvidas quanto à legalidade desta cobrança, façam a verificação da legalidade, assumindo, posteriormente, o ónus da consequência imediata, que é os cidadãos que estejam no incumprimento de estacionamento, paguem automaticamente a coima, que é o dobro do valor daquela que é cobrada agora, que assumam e que ponham um out door a explicar porque é que passaram a pagar mais estacionamento.”

Adelino Malho, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Senhor Nascimento Lopes, quero-lhe dizer, e também, olhos nos olhos, que eu não lhe chamei retrógrado. Disse que era um pensamento retrógrado, é bastante diferente, mas quero dizer-lhe também que se se sentiu ofendido não tenho problema em pedir-lhe desculpa.

Quero dizer também que não é pecado nenhum e nem me sinto minimamente ofendido por me chamarem retrógrado nalgumas questões. Eu sou retrógrado numas e sou mais vanguardista noutras, é normal, até os meus filhos me chamem retrógrado nalgumas questões, por isso, não percebo que classificar um pensamento como retrógrado possa ser minimamente ofensivo ou desenquadrado sequer.”

Colocada a alteração ao Regulamento a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções da Bancada do PS.

O Membro da Assembleia, **Adelino Mendes**, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“A Bancada do Partido Socialista é favorável à eliminação do estacionamento pago no Parque junto ao Centro de Saúde, principal objectivo desta proposta, no entanto, ao aprovar-se esta alteração ao Regulamento aprova-se o conjunto do Regulamento que, do nosso ponto de vista, contém uma disposição que viola a Lei, no Artigo 26.º, como referi na minha intervenção.”

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o ano económico de 2009 – Rectificação.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta de rectificação ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 que foi distribuída previamente por todos os Membros da Assembleia, não se tendo verificado nenhuma inscrição.

Colocada a rectificação ao Mapa de Pessoal para o ano económico de 2009 a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abastecimento Integrado de Água ao Concelho a partir do Aquífero da Mata do Urso – 1.º Troço da Conduta Adutora até à Caxaria (Guia) – Declaração de Utilidade Pública Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que há uma recomendação no sentido da Assembleia Municipal declarar a Utilidade Pública da obra, com vista à apresentação de candidatura.

Colocado este ponto a discussão não se verificou nenhuma inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar a Utilidade Pública Municipal da obra de Abastecimento Integrado de Água ao Concelho a partir do Aquífero da Mata do Urso – 1.º Troço da Conduta Adutora até à Caxaria (Guia).

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Carriço/Moita do Boi e Antões – Declaração de Utilidade Pública Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que há uma recomendação no sentido da Assembleia Municipal declarar a Utilidade Pública da obra, com vista à apresentação de candidatura.

Colocado este ponto a discussão não se verificou nenhuma inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar a Utilidade Pública Municipal da obra de Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Carriço/Moita do Boi e Antões.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Almagreira/Pelariga – Declaração de Utilidade Pública Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que há uma recomendação no sentido da Assembleia Municipal declarar a Utilidade Pública da obra, com vista à apresentação de candidatura.

Colocado este ponto a discussão não se verificou nenhuma inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar a Utilidade Pública Municipal da obra de Construção do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Almagreira/Pelariga.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Albergaria dos Doze/S. Simão e Santiago de Litém – Declaração de Utilidade Pública Municipal.;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que há uma recomendação no sentido da Assembleia Municipal declarar a Utilidade Pública da obra, com vista à apresentação de candidatura.

Colocado este ponto a discussão não se verificou nenhuma inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar a Utilidade Pública Municipal da obra de Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Albergaria dos Doze/S. Simão e Santiago de Litém.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.10 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Ranhas, Travasso e Flandes – Declaração de Utilidade Pública Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que há uma recomendação no sentido da Assembleia Municipal declarar a Utilidade Pública da obra, com vista à apresentação de candidatura.

Colocado este ponto a discussão não se verificou nenhuma inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar a Utilidade Pública Municipal da obra de Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Ranhas, Travasso e Flandes.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Terminados todos os assuntos agendados e não havendo qualquer inscrição do público para usar da palavra, foi encerrada a sessão eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: